



**222**

fevereiro 2015

Carta Mensal  
**INTAL**

Publicação Eletrônica Mensal



Banco Interamericano de Desenvolvimento







# Tabela de conteúdos

## Coluna de Análise

Desigualdade na América Latina: lições da história .....	7
Incorporação da gestão do risco de desastres nas infraestruturas de integração na América do Sul: o caso piloto do Chile e do Peru .....	15
Queda de preços dos produtos básicos: um cenário ainda aberto .....	22

## Blocos de Integração

### Aliança do Pacífico

19ª Rodada de Grupos Técnicos .....	29
-------------------------------------	----

### Caribe

Países do Caribe buscam integração energética .....	31
Reunião de Governadores do BID no Caribe .....	32

### América Central

Guatemala, El Salvador e Honduras avançam para a União Alfandegária .....	33
Guatemala busca ampliar seus laços comerciais .....	35
Fórum de Diálogo e Cooperação do Sica e do Japão .....	36
Lançamento regional da Estrada Mesoamericana da Informação .....	37

### Comunidade Andina

CAN não autoriza salvaguardas aplicadas pelo Equador .....	40
--	----

### Mercosul

Paraguai e Uruguai estreitam vínculos bilaterais .....	41
Acordos com países asiáticos .....	42

## Panorama Regional e Global

Oitava rodada de negociações Estados Unidos-União Europeia .....	45
3ª Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos .....	47
7ª rodada de negociações do Acordo de Associação Econômica Integral Regional .....	48
Reunião de ministros da Economia do G20 .....	49

## Avaliação de impacto

Avaliação de impacto de políticas de apoio a PMEs no Chile e no México .....	53
--	----

## Setor de Integração e Comércio

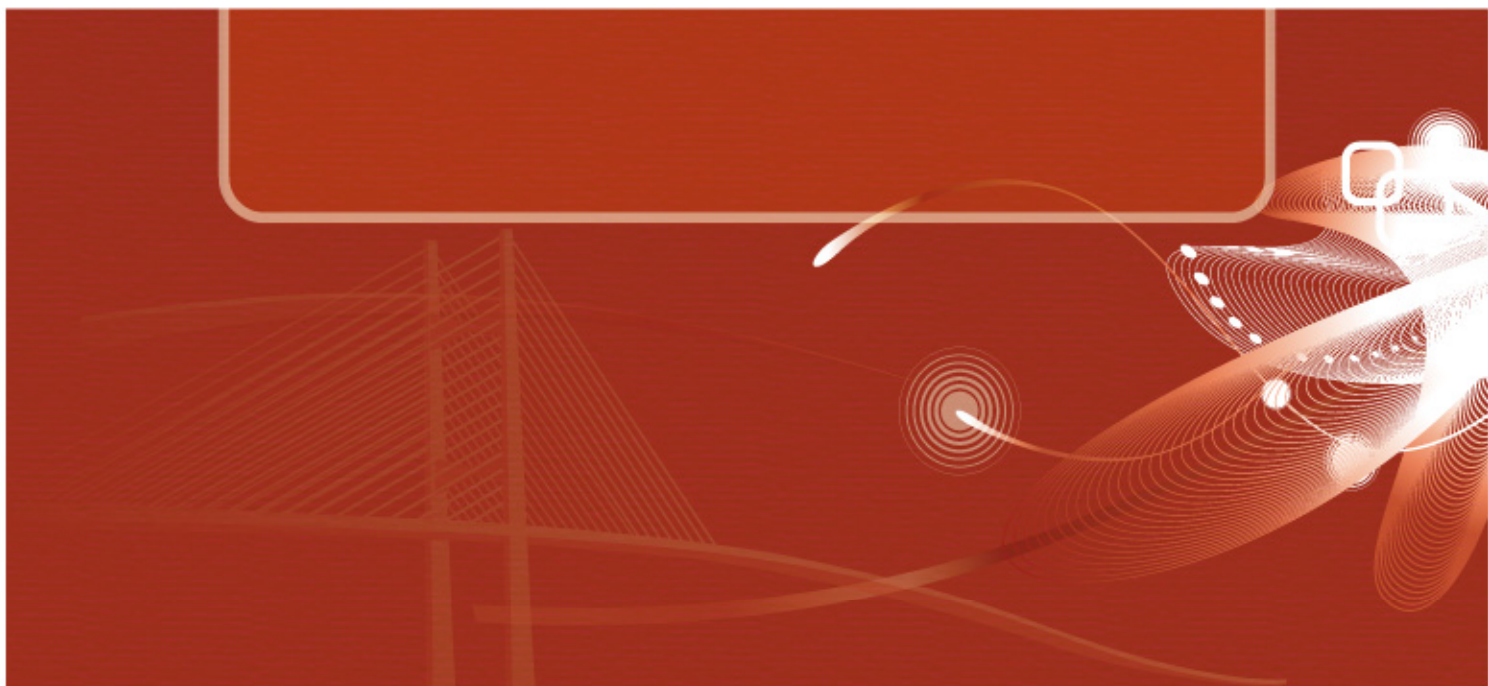
Observatório Instrumentos Jurídicos de Integração (IJI) .....	57
---	----



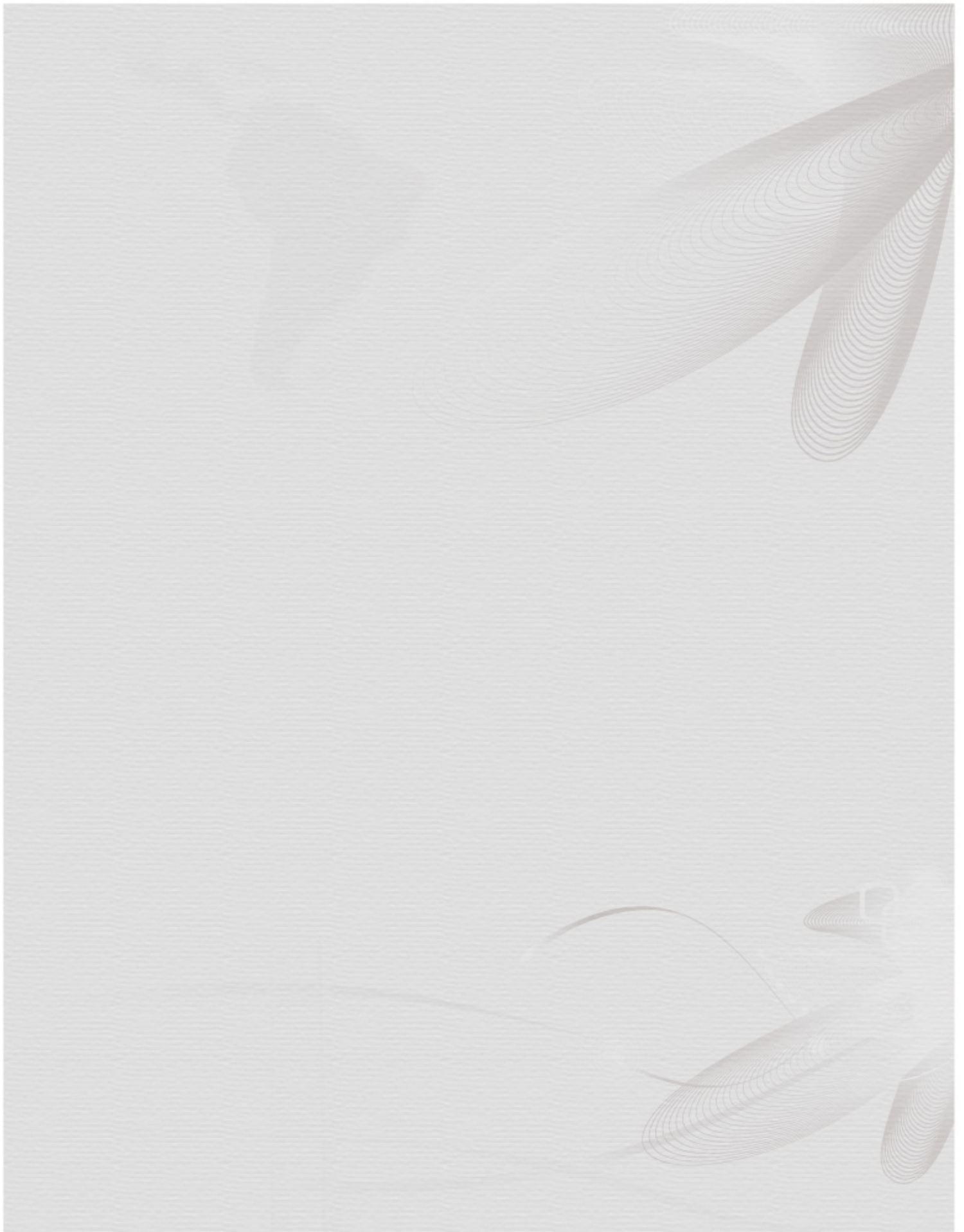
Chamada de propostas 2015 para promoção de Bens Públicos Regionais na América Latina e no Caribe .....	60
<b>Outras Atividades do BID</b>	
Banco Interamericano de Desenvolvimento fará Reunião Anual em Busan, República da Coreia .....	63
El BID adopta licencias de Creative Commons que facilitarán diseminar su conocimiento (só espanhol e inglês) .....	64
<b>Centro de Documentação INTAL</b>	
<b>Resenhas Bibliográficas</b>	
Primeiro Fórum da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) com a China: Explorando espaços de cooperação em comércio e investimento. Santiago do Chile: Cepal, janeiro de 2015. ....	67
<b>Alerta Bibliográfico</b>	
.....	70
<b>Bibliografias em destaque do mês</b>	
* Bridging the skills and innovation gap to boost productivity in Latin America : The Competitiveness Lab: A World Economic Forum Initiative. (2015). Geneva: WEF. ....	71
* Alberti, J. (2015). Pre-investment in infrastructure in Latin America and the Caribbean : Case studies from Chile, Mexico, Peru, and Uruguay. Washington: BID. ....	73
* Ramstein, C. y Ribera, T. (2014). The LAC region in the face of climate change: perspectives on national policy and international cooperation. París: IDDRI. ....	75
* Panorama económico y social de la comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños, 2014. (2015). Santiago de Chile: CEPAL. ....	77
* Beyond supply chains : Empowering responsible value chains. (2015). Washington: WEF. ....	79
<b>Redação</b>	
Redação .....	83



# Coluna de Análise







# Desigualdade na América Latina: lições da história

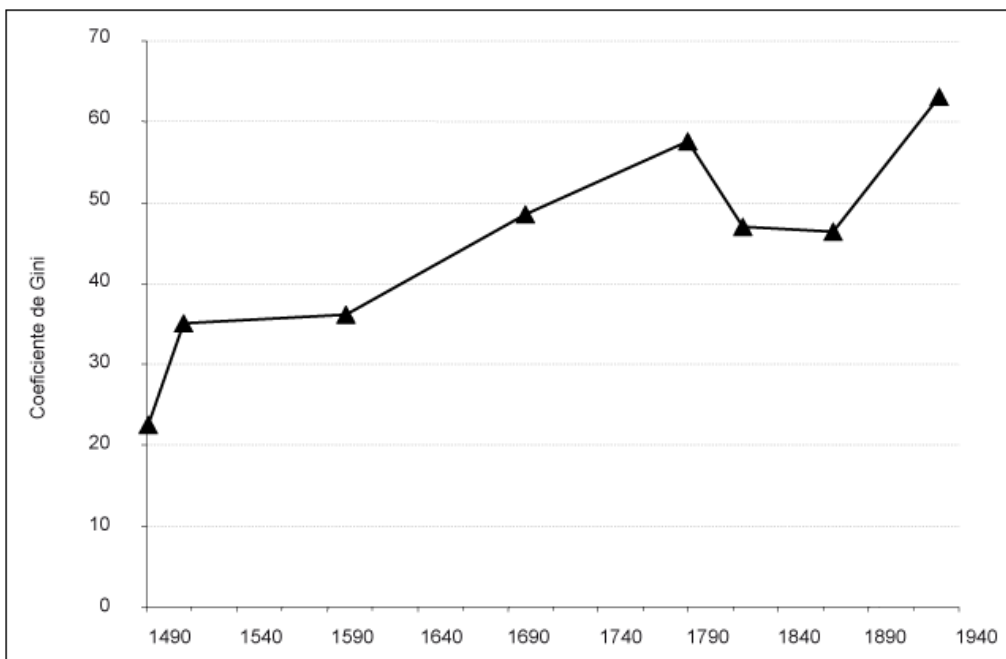
Quais são os ensinamentos que uma visão de longo prazo sobre a desigualdade na América Latina nos oferece? [1] Sem dúvida muitos, e vários deles de grande utilidade para pensar os desafios do presente. Estas são algumas das conclusões decorrentes da leitura das apresentações realizadas no seminário “[A inequidade na América Latina a longo prazo](#)”, organizado pelo BID, pelo Banco Mundial e pela Cepal no auditório do Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (BID-Intal) em Buenos Aires, de 3 a 5 de dezembro de 2014. Entre outras contribuições, a perspectiva temporal nos permite observar o peso que variáveis como a educação, a política tributária, a propriedade da terra, a configuração das elites, as diferentes estratégias econômicas e os fatores demográficos e naturais tiveram sobre a equidade, ao mesmo tempo que nos permite discernir o que aconteceu com as desigualdades de classe, gênero e étnicas ao longo da história. Neste artigo, baseado nas principais descobertas de um grupo de trabalhos apresentados no seminário, em primeiro lugar se fará referência à controvérsia central sobre a história da desigualdade da região e às mais recentes contribuições apresentadas a esse respeito. A seguir, será analisada em perspectiva temporal a evolução das desigualdades de gênero e étnicas. E, por último, se abordará um exemplo de trajetória de longo prazo da desigualdade, finalizando o artigo com algumas reflexões sobre o uso da história para ajudar a pensar os desafios do presente.

## A desigualdade latino-americana é uma persistência histórica?

Se há consenso sobre o aumento registrado nas desigualdades de renda nas últimas décadas do século 20 na região, à medida que olhamos mais para o passado, as posturas divergem. De todo modo, a perspectiva mais aceita entre os historiadores é a que remete as inequidades à época da Colônia. Em termos gerais e com nuances entre os diversos autores, essa perspectiva se baseia no caráter extrativo da economia colonial, nas restrições ao desenvolvimento econômico que as coroas espanhola e portuguesa impuseram às suas colônias, na estrutura da propriedade da terra e na poderosa configuração de elites locais que depois se cristalizou nas repúblicas nascentes em forma de instituições, estrutura de classes e coalizões de poder que perpetuaram e reforçaram as desigualdades anteriores. A apresentação de *Luis Bértola* no seminário aprofundou-se nessa linha argumentativa. Ele defendeu a necessidade de observar a desigualdade passada não só com relação à renda, mas também em uma perspectiva ampla, incluindo a estrutura social da colônia, em particular, a existência de escravos e de outras formas de subordinação e servidão, restrições à cidadania e ao acesso à terra, entre outras dimensões. E, embora estes elementos pudessem não se refletir na renda, sem dúvida constituíam formas de desigualdade profundas. Por outro lado, assinalou que o problema da região a partir do século 19 foi principalmente a volatilidade econômica, já que os avanços e os retrocessos do desenvolvimento representaram profundas flutuações em termos de desigualdade. Além disso, destacou a necessidade de revisar a relação entre crescimento e desigualdade, afirmando que, pelo que parece, para crescer a região teve que gerar desigualdade, mas que, por sua vez, essa desigualdade foi uma base frágil para conseguir um crescimento sustentável. Passando para os casos nacionais, a título de exemplo, a apresentação de

[Jorge Gelman e Daniel Santilli](#) sobre Buenos Aires da colônia até o fim do século 19 seguiu em termos gerais essa perspectiva de desigualdade com raízes históricas. Uma perspectiva diferente foi sustentada por [Jeffrey Williamson](#) na sua apresentação (Gráfico 1). A partir da construção de uma série de dados de longa duração (os primeiros datam do século 15) ele afirma que nos primeiros anos da conquista a produção de excedente era muito baixa para produzir desigualdades expressivas. Esta aumenta só a partir do século 17, mas até fins do século 19 se mantém abaixo da inequidade registrada nesse momento na Europa e nos Estados Unidos. Depois da Primeira Guerra Mundial é que a região começará a elevar seus níveis de inequidade, ao mesmo tempo que a Europa começará a diminuí-los. A pergunta é o que aconteceu depois de 1910 que levou a esse aumento da desigualdade na região que persiste até hoje. A apresentação de [María Gómez León](#), a partir de uma visão metodológica nova sobre a estrutura de classes do Brasil de 1839 a 1950, pode se inscrever nesta linha argumentativa. Seu trabalho identifica períodos da história brasileira caracterizados por um crescimento da classe média junto com um declínio nos níveis de desigualdade, particularmente no final do século 19 e início do 20. Assim, a imagem tradicional de um Brasil caracterizado por uma estrutura social polarizada é questionada.

Gráfico 1. Estimativa da tendência à desigualdade na América Latina, 1491-1929



Obs.: Gráfico traduzido. Fonte: Apresentação de Jeffrey Williamson.



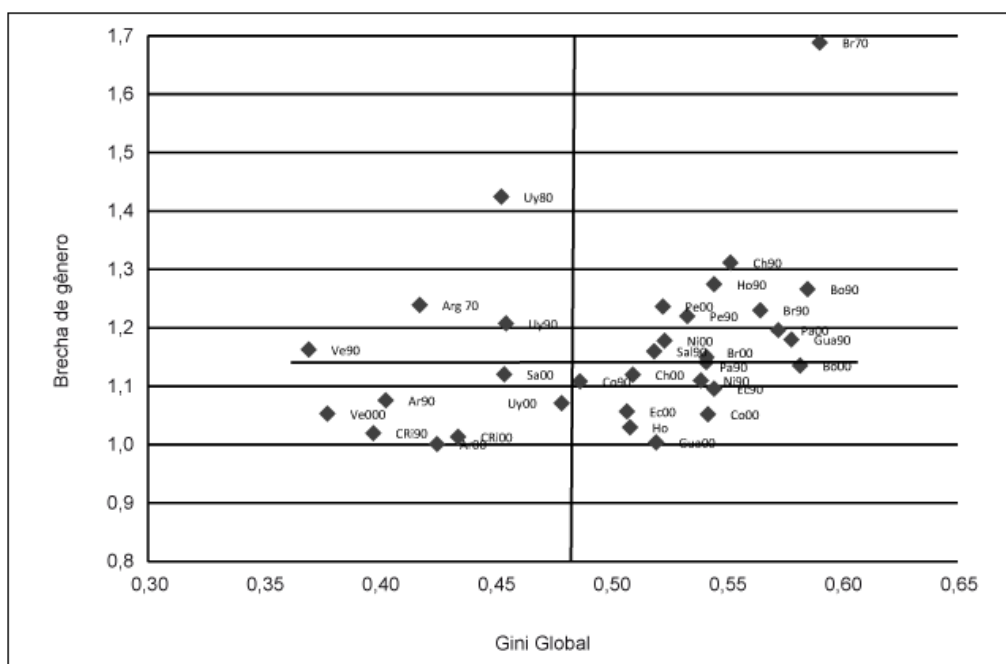
A apresentação de [Pablo Astorga](#) sobre a desigualdade funcional na América Latina entre 1900 e 2011 também leva à revisão de certas ideias sobre o passado. O autor constrói uma série de dados novos sobre salários reais comparável a longo prazo para seis países da América Latina[2] e faz cálculos próprios do coeficiente de Gini entre grupos ocupacionais. A partir deles, afirma que não se verifica um padrão comum de evolução da desigualdade na região a partir do século 19; na verdade, registram-se diferenças expressivas nos padrões nacionais no final da primeira industrialização e durante meados do século 20. Pelo contrário, assevera que sim parece haver um dado comum na tendência a uma desigualdade crescente a partir de 1960, que teve seu auge no final do século passado. Em linhas gerais, o quadro apresentado não pareceria ser coerente com a hipótese de uma desigualdade alta e relativamente constante no século 20, dado que se observam diferenças significativas não só entre países, mas também em cada um deles ao longo do tempo. Um dado interessante para os desafios do presente é que o autor não encontra em nenhum país uma fase de concomitância de um aumento sustentável da participação do salário acompanhado de uma redução na dispersão salarial. Em outras palavras, quando a participação do trabalho na distribuição da riqueza sobe também teria aumentado a desigualdade entre os diversos trabalhadores. Sua contrapartida lógica, particularmente no final do século 20, é a sincronia entre um aumento no salário real médio e um aumento da dispersão. Como corolário, conclui que o que parece estar faltando na história econômica dos seis países analisados são episódios impulsionados por dinâmicas de mercado de um aumento do salário médio articulado com uma redução da dispersão salarial. Trata-se de um tema de grande importância, já que esta apresentação estabelece uma relação da distribuição primária, entre capital e trabalho, com a secundária, entre indivíduos e domicílios. E, com efeito, a redução da desigualdade de renda exige uma melhora tanto de uma quanto da outra, e essa sincronia também não se percebe no presente. A apresentação de [Leticia Arroyo Abad](#) junto com [Peter Lindert](#) também expõe conclusões novas. Os autores realizaram o que chamaram de o primeiro estudo multipaís sobre como os governos latino-americanos utilizaram os impostos e o gasto público para atuar sobre a distribuição da renda. Para isso, construíram uma série histórica para seis países latino-americanos.[3] em combinação com estudos recentes sobre os padrões de redistribuição fiscal do século 21. Da apresentação se deduzem, entre outros, os seguintes ensinamentos. Em primeiro lugar, eles sustentam que o gasto social se acelerou no pós-guerra. Depois, mostram que na América Latina a redistribuição ocorre basicamente dos jovens para os idosos, principalmente por meio do sistema de pensões. Em terceiro lugar, eles afirmam que desde a Independência a região investiu pouco em educação e infraestrutura. Em quarto lugar, assinalam que, em termos gerais, a progressividade foi escassa na região. Em quinto, demonstram que o investimento humano em capital implicou maiores – embora mais dilatados – benefícios do que as políticas de transferência de renda; e, por último, afirmam que o gasto social na região, além de volátil, foi pró-cíclico.

### **Desigualdades de gênero e raça em perspectiva histórica**

A evolução ao longo do tempo das desigualdades de gênero e étnica ou racial, como foi chamada em várias apresentações, foi outro dos temas do seminário. [Silvana Maubrigades](#) apresentou uma análise realizada junto com [María Magdalena Camou](#) sobre a distribuição da renda e da participação feminina no mercado de trabalho na América Latina desde o início do século 20 (Gráfico 2). O trabalho afirma que a desigualdade de gênero em matéria de renda se expressa basicamente de duas formas: por meio de uma entrada mais restrita e tardia das mulheres no

mercado de trabalho e por meio da existência de uma brecha salarial em comparação com os homens. A análise conclui que existe uma “*path dependence*” (às vezes traduzida como “dependência histórica”) importante em nível nacional no tocante à evolução do mercado de trabalho, porque os países com maiores níveis de educação e de participação feminina no mercado de trabalho (como a Argentina e o Uruguai) são também os de menor desigualdade de gênero na matéria. Concluem, em termos gerais, que o nível de desenvolvimento de um país é preditor do nível de participação feminina no mercado de trabalho. No entanto, o estudo mostra que a formação não tem resultados lineares em termos da redução da desigualdade, visto que nem sempre se correlaciona com um aumento da participação feminina no mercado de trabalho nem com uma redução da brecha salarial. Esta conclusão é também importante para o presente: diversos trabalhos mostram que nem todas as desigualdades diminuem de forma articulada e, em particular, que a nossa região foi mais equitativa na distribuição de bens educativos do que na distribuição da renda e que essas disparidades continuam no presente.

Gráfico 2: Inequidade global e a brecha de gênero



Obs.: Gráfico traduzido. Fonte: Apresentação de Silvana Maubrigades.

Nesse mesmo sentido, mas relativos a grupos étnicos, encontram-se as conclusões apresentadas por [Enriqueta Camps](#) junto com [Stanley Engerman](#). Esta apresentação visou analisar o impacto da raça e da desigualdade na formação de capital humano nos séculos 19 e 20 na América Latina.



Destaca-se que durante o século 20 a educação tornou-se de massa na América Latina, pelo menos nos níveis fundamental e médio, ao mesmo tempo que a desigualdade educativa se reduziu, incorporando as mulheres e pessoas de todas as raças. No entanto, também se destaca que o impacto da queda do coeficiente de Gini educacional não foi notado sobre o Gini de renda até a década de 1990.

Uma abordagem sobre este tema no caso do Brasil foi realizada pela apresentação de [Justin Bucciferro](#). O autor parte da constatação de que durante a última década se evidenciou uma importante redução da desigualdade racial no Brasil com relação aos níveis de emprego e renda, do alfabetismo e da educação. A partir daí, ele se pergunta se o declínio faz parte de uma tendência de longo prazo ou se responde a fatores estritamente conjunturais. O trabalho contém evidências sobre a desigualdade racial no Brasil desde 1827 até hoje, concentrando-se na análise da expectativa de vida, nos níveis de analfabetismo, na quantidade de anos de escolaridade e nas rendas médias mensais, desagregados por grupos (negros, pardos, brancos, asiáticos e indígenas). A evidência o leva a concluir que, em termos gerais, houve uma redução da desigualdade no Brasil ao longo do tempo, e que esta tendência é anterior às últimas décadas (Quadro 1). No entanto, ele acrescenta que o progresso para uma maior igualdade entre os grupos étnicos foi errático e teve resultados diversos segundo o grupo analisado.

**Quadro 1: Expectativa de vida ao nascer (anos) por raça, 1950-2008**

	1950	1960	1980	1991	2008
BRANCA	47,5	54,7	66,1	70,8	73,1
NÃO BRANCA	40,1	44,7	59,4	64,0	67,0
DIFERENÇA	7,4	10,0	6,7	6,8	6,1

Fonte: apresentação de Bucciferro.

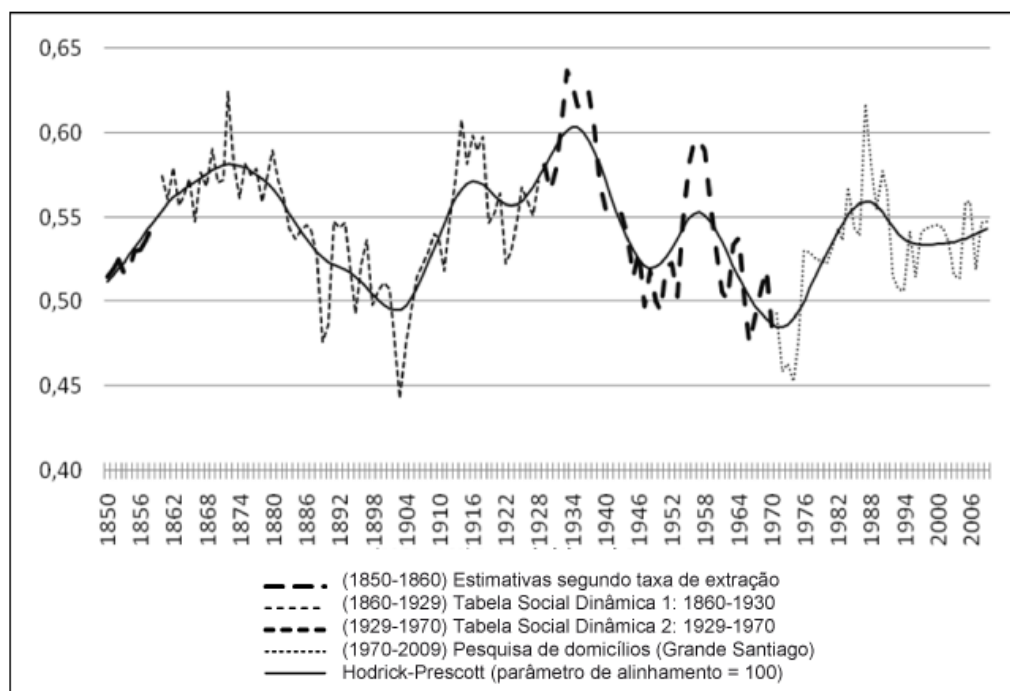
Estas pesquisas mostram, entre outros elementos, além da persistência de desigualdades de gênero e entre os grupos étnicos, que os avanços não são lineares no tempo nem em todas as dimensões. Talvez seja útil trazer como referência um aprendizado dos estudos sobre estigmatização que apontam o caráter pertinaz e multiforme dos estigmas: quando parecem terem sido eliminados em uma dimensão, concentram-se, reaparecem ou se expressam em outras. Sem dúvida com as desigualdades de gênero e de raça acontece algo similar: os avanços em certas áreas nos obrigam a ficar mais atentos para detectar as persistências ou ainda o reforço de inequidades em outras. O aumento da participação feminina no mercado de trabalho, por exemplo, não necessariamente implica uma redução das brechas de renda ou, mais ainda, estaria acarretando uma maior sobrecarga do tempo de trabalho doméstico e extradoméstico das mulheres. Portanto, neste caso, se ganha em uma dimensão da desigualdade, mas se perde em outra.

## Desigualdade a longo prazo: um caso de padrão cíclico

Um resultado interessante é a observação de um padrão cíclico na desigualdade de renda a longo prazo no caso do Chile (Gráfico 3). [Javier Rodríguez Weber](#) analisou na sua apresentação a relação entre crescimento econômico e desigualdade levando em conta a incidência tanto dos fatores institucionais quanto das forças de mercado em três períodos da história desse país de 1850 em diante. Entre suas descobertas, mostra que nem sempre o crescimento implicou desigualdade, mas que o fundamental é o tipo de crescimento, mostrando que a curva de Kuznets (a hipótese de que toda fase de crescimento provoca um aumento inicial da desigualdade) não é de jeito nenhum uma lei válida para todos os países nem para todos os estilos de desenvolvimento. Centrado depois no período 1938-1973, no qual houve uma grande queda na desigualdade, encontra o peso positivo da regulamentação estatal da economia visível na promoção da industrialização e em uma forte política de recomposição do salário mínimo real. Por último, estuda o período 1973-2009, assinalando que até 1989 (fim da ditadura de Pinochet) se produz um expressivo aumento da desigualdade, devido a uma forte redistribuição a favor das elites, produzida a partir de uma queda dramática do salário real e da abertura do que o autor denomina novos terrenos para a extração de lucros, referindo-se basicamente à privatização da educação e da segurança social.




Gráfico 3. A "melhor estimativa" de desigualdade na distribuição de renda no Chile. 1850-2009. Coeficiente de Gini.



Obs.: Gráfico traduzido. Fonte: Apresentação de Rodríguez Weber.

## Encerramento

Este artigo se propôs a apresentar alguns dos aprendizados decorrentes de uma perspectiva de longo prazo sobre a desigualdade na região. Em primeiro lugar, os trabalhos sugerem que as controvérsias sobre a desigualdade não estão sanadas. Parece que se encaminha para uma maior diversificação de perspectivas ou, possivelmente, para uma suspensão da possibilidade de uma visão única para todos os países e períodos, em virtude dos novos estudos sobre os diversos casos nacionais, da maior luz sobre períodos que haviam ficado até agora sob certa penumbra e, sem dúvida, das novas variáveis e indicadores que sejam levados em conta para captar a desigualdade, principalmente se for adotada uma perspectiva multidimensional da mesma.



No entanto, hoje já se conta com uma grande quantidade de dados, construção de séries históricas e indicadores diversos que constituem uma fonte de informação e conhecimentos de grande utilidade para enfrentar os desafios do presente. Sabe-se bastante mais sobre o que teve peso tanto nas fases de redução quanto de aumento da desigualdade de renda, em especial entre indivíduos e pessoas. Temos certezas com relação ao fato de que as políticas e as instituições contam e que é impossível explicar a persistência da desigualdade sem colocar no centro da análise a dinâmica dos grupos sociais, em particular das elites. A história dos países também questiona certas ideias: nem todo crescimento gera desigualdade, já que isso depende do estilo de desenvolvimento, e tampouco a desigualdade melhora necessariamente em todas as dimensões de forma articulada e inexoravelmente. Além disso, incorporam-se outras perspectivas sobre a distribuição, por exemplo, a que observa as transferências produzidas entre gerações, uma dimensão pouco presente nos estudos dos nossos países. Em suma, tenta-se responder à interrogação inicial sobre as contribuições da perspectiva de longo prazo com algumas reflexões sobre os muitos ensinamentos que a perspectiva de longo prazo pode nos deixar; e também convidar os leitores a encontrar suas próprias respostas nestas e nas demais apresentações do seminário.

[1] Este texto foi escrito pelo consultor Gabriel Kessler.

[2] Trata-se da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela.

[3] Trata-se da Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Peru e Uruguai.



# Incorporação da gestão do risco de desastres nas infraestruturas de integração na América do Sul: o caso piloto do Chile e do Peru

## Antecedentes

A América do Sul está exposta a várias ameaças de origem natural devido às suas características geológicas, climáticas e hidrológicas.[1] Uma das ameaças de maior magnitude é a atividade sísmica que gera terremotos e tsunamis, ocorrendo especificamente na costa do Pacífico e na zona sul do continente. As inundações são outro evento frequente na América do Sul. Estas são consequência de anomalias climáticas, expansão urbana não planejada e da erosão e do uso não sustentável da terra. Por outro lado, as temperaturas extremas e secas são cada vez mais acentuadas e frequentes em algumas zonas da região. Prevê-se que as mudanças climáticas aumentarão a probabilidade e intensidade desses fenômenos. Além disso, um dos fatores que provocam secas e inundações nos países da região é o fenômeno El Niño-Oscilação Sul (ENOS).[2] Devido às ameaças existentes na região, junto com a alta exposição e vulnerabilidade, os países vêm sofrendo situações de desastres históricos por fenômenos naturais. O impacto por desastres naturais inclui tanto as perdas sociais, como as vítimas fatais, quanto a destruição do acervo físico e redução da atividade econômica que tem aumentado na região nas últimas décadas. No período 1980-2013, por exemplo, a América do Sul teve prejuízos diretos por desastres de grande magnitude em infraestruturas de US\$ 16,5 bilhões, incluindo US\$ 3,8 bilhões (23%) em perdas no setor de transporte e US\$ 640 milhões (4%) em usinas elétricas.[3]. O Quadro 1 mostra os danos diretos e indiretos representativos da região sul-americana nas últimas décadas.


**Quadro 1. Danos diretos e indiretos representativos em alguns países da América do Sul nas últimas décadas**

País	Desastres/ano	Tipo Infraestrutura	US\$ milhões		
			Danos diretos	Danos indiretos	Danos totais
ARGENTINA	Inundações de Santa Fe 2003a/	Energia	6,1	1,4	7,5
		Transporte e telecomunicações	76,1	96,1	172,1
BOLÍVIA	Desastres 1982-1983b/	Energia	0,0	0,0	0,0
		Transporte	62,0	36,0	98,0
	El Niño 97-98c/	Energia	0,0	1,4	0,0
		Transporte	207,8	29,9	0,0
	La Niña 2008d/	Energia	0,7	7,4	8,1
		Transporte	97,3	0,0	97,3
COLÔMBIA	Terremoto eixo Cafeteiro 1999e/	Transporte e telecomunicações	19,5	20,9	40,3
	Onda Invernal 2010-2011f/	Energia	472,3	11,6	484,0
		Transporte	1827,1	225,1	2,052,2
	EQUADOR	Desastres 1982-1983	Transporte	164,3	45,0
Inundações 1982 e 1983g/		Transporte	63,9	11,8	75,7
		Desastre 1987h/	Energia	3,5	0,3
Transporte			18,4	19,8	38,2
El Niño 97-98i/		Energia	15,7	3,2	18,9
		Transporte e telecomunicações	99,1	687,7	786,8
El Niño 97-98j/		Energia	15,7	3,2	18,9
		Transporte	102,1	692,5	794,6
	Telecomunicações	1,0	0,0	1,0	

		ões			
GUIANA	Inundações 2005k/	Energia	0,3	0,8	1,0
		Transporte	16,7	0,9	17,6
		Telecomunicações	0,5	0,3	0,8
	Inundações 2006	Transporte	2,1	0,0	2,1
PERU	Desastres 1982-1983	Energia	10,2	9,5	19,7
		Transporte e telecomunicações	184,9	118,2	303,1
	O Niño 97-98l/	Energia	11,0	55,0	66,0
		Transporte	604,0	114,0	718,0
SURINAME	Inundações 2006m/	Energia	0,2	0,0	0,2
		Transporte	0,3	0,0	0,3
VENEZUELA	El Niño 97-98n/	Energia	0,0	17,0	0,0
		Transporte	0,0	2,3	0,0
	Deslizamentos 1999o/	Energia	131,5	28,9	160,4
		Transporte e telecomunicações	320	462	782

Notas: a/ Cepal. 2003. “Avaliação do Impacto das Inundações e do Transbordamento do Rio Salado na Província de Santa Fe, República Argentina, 2003”. b/ Cepal. 1984. “Os desastres naturais de 1982-1983 na Bolívia, Equador e Peru”. c/ CAF “As lições de El Niño – Bolívia Memórias do Fenômeno El Niño 1997-1998 Desafios e propostas para a região andina”. d/ Cepal. 2008. “Avaliação do Impacto Acumulado e Adicional Provocado por La Niña - Bolívia 2008”. e/ Cepal. 1999. “O terremoto de janeiro de 1999 na Colômbia: Impacto sócio econômico do desastre na zona do Eixo Cafeteiro”. f/ Cepal-BID. 2012. “Valorização de danos e perdas - Onda invernal na Colômbia 2010-2011”. g/ Cepal. 1983. “Equador: Avaliação dos Efeitos das Inundações de 1982/1983 Sobre o Desenvolvimento Econômico e Social”. h/ Cepal. 1987. “O Desastre Natural de Março de 1987 no Equador e suas repercussões sobre o Desenvolvimento Econômico e Social”. i/ Cepal. 1998. “EQUADOR: avaliação dos efeitos socioeconômicos do Fenômeno El Niño em 1997-1998”. j/ CAF. “As lições de El Niño – Equador Memórias do Fenômeno El Niño 1997-1998 Desafios e propostas para a região andina”. k/ Cepal-PNUD. 2005. “GUIANA - Socio-economic assessment of the damages and losses caused by the January-February 2005 Flooding”. l/ CAF. “As lições de El Niño – Peru Memórias do Fenômeno El Niño 1997-1998 Desafios e propostas para a região andina”. m/ Cepal-PNUD. 2007. “Suriname: the impact of the May 2006 floods on sustainable livelihoods”. n/ CAF. “As lições de El Niño – Venezuela Memórias do Fenômeno El Niño 1997-1998 Desafios e propostas para a região andina”. o/ Cepal-PNUD. 2000. “Os Efeitos Socioeconômicos das Inundações e Deslizamentos na Venezuela em 1999”. Fonte: Elaboração própria com base nos trabalhos da Cepal, da CAF e do PNUD citados.





As medidas proativas de redução do risco se sustentam pelo seu alto nível de rentabilidade. Vários estudos determinaram que, ao investir US\$ 1 em redução de risco, se economizam de US\$ 4 a US\$ 7 do gasto *ex post*, incluindo os custos de atendimento a emergências, recuperação e reconstrução de infraestruturas prejudicadas quando ocorrem desastres (MOENCH et al., 2007; EIRD, 2011; ONEMI, 2011). Aplicando esta teoria, e se os países conseguissem reduzir esses prejuízos diretos em 5%, a América do Sul poderia economizar, com base na perda do período 1980-2013 indicado anteriormente (US\$ 16,5 bilhões), cerca de US\$ 850 milhões do orçamento público. Esse montante poderia ser reinvestido em outros setores prioritários mais competitivos. Apesar de muitos dos países-membros reconhecerem essa teoria e a importância da gestão do risco (GRD) no tema do desenvolvimento sustentável, foram observados muito poucos avanços.

### O enfoque do Cosiplan-IIRSA para a GRD

Em contraste, o [Plano de Ação Cosiplan-IIRSA 2012-2022 \(PAE 2012-2022\)](#), em seu Capítulo 6.1.5: *Gestão de catástrofes na infraestrutura*, estabelece a necessidade específica do tema da gestão do risco de desastres (GRD). Seu objetivo é que os países-membros contem com procedimentos claros para prevenir e reduzir os efeitos de eventos catastróficos (terremotos, inundações, deslizamentos e tsunamis) que afetam as infraestruturas sul-americanas, assim como estabelecer planos de recuperação da conectividade e da infraestrutura pública projetados com metodologias de gestão de catástrofes.

### Resultados e progresso atual

Nesse sentido, como primeira iniciativa do mesmo Capítulo do PAE 2012-2022, foi criado um Guia Metodológico que incorpora a GRD nas infraestruturas regionais planejadas e implementadas pela IIRSA. Este Guia foi validado pelos países-membros durante a reunião do [Grupo Técnico Executivo \(GTE\) do Cosiplan-IIRSA realizada em setembro de 2013 na cidade de Santiago, Chile](#). Além disso, em 2014 foi criado o [Manual do Usuário](#) desse Guia Metodológico para explicar com maiores detalhes as diretrizes importantes e ações necessárias para cumprir o objetivo do PAE 2012-2022. Esta Metodologia foi validada na reunião do [GTE em outubro de 2014 em Buenos Aires, Argentina](#).

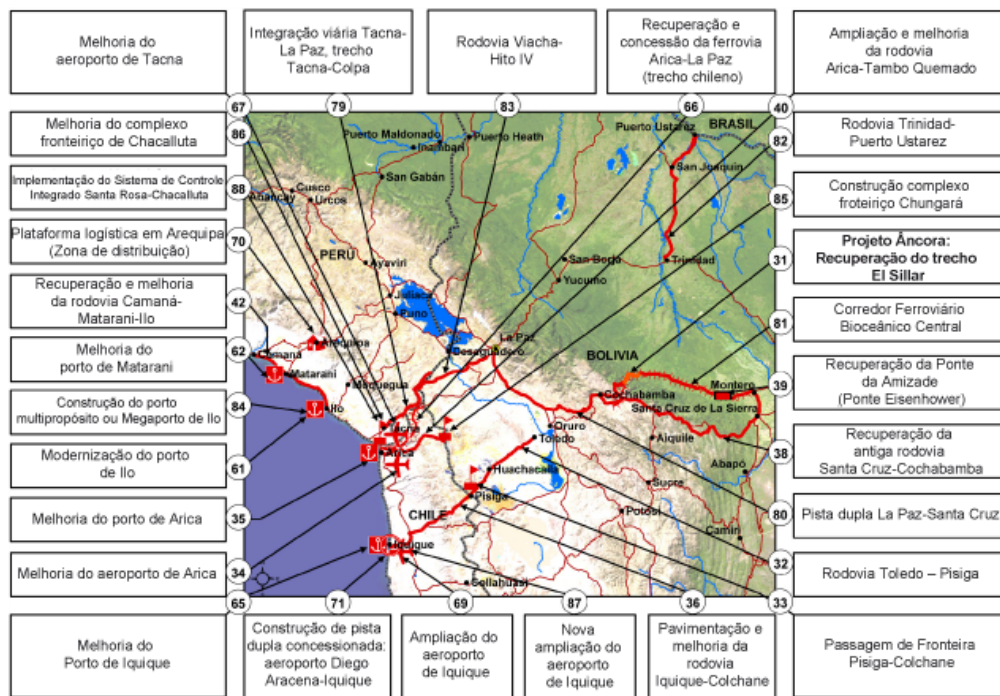
As diretrizes do Guia Metodológico abrangem as seguintes fases e passos:

- FASE I: Seleção da infraestrutura priorizada.
- FASE II: Análise de risco para infraestrutura priorizada.
  - Passo 1: Definição de indicadores de desempenho para cada uma das infraestruturas;
  - Passo 2: Caracterização de componentes de cada infraestrutura;
  - Passo 3: Definição de nível de profundidade das análises de risco de cada infraestrutura;
  - Passo 4: Análise de risco e identificação de possíveis medidas de redução de risco.
- FASE III: Fazendo a Gestão do risco. Projeto e implementação das medidas necessárias para a redução do risco, contar com planos de emergência/contingência e elaborar os planos de recuperação.

## Atividades 2015 e passos a seguir

Em 2015 será aplicado o Guia Metodológico em um caso piloto. Na reunião do GTE realizada em Buenos Aires em outubro de 2014, acordou-se realizar a aplicação no Grupo 5 do Eixo Interoceânico Central. Trata-se de uma área geográfica exposta à maior ameaça sísmica e de tsunami, concentrando-se o caso piloto no sul do Peru e no Norte do Chile (Figura 1).

Figura 1. Os projetos do Grupo de Projeto 5 do Eixo Interoceânico Central



Obs.: Gráfico traduzido. Fonte: Cosiplan-IIRSA.

Em 19 de janeiro de 2015 foi realizado um [primeiro workshop técnico em Santiago do Chile](#) com o objetivo de apresentar e gerar o entendimento comum do alcance, metodologia e resultados da aplicação piloto. Nesse workshop foi formado um Grupo Regional de Seguimento para oferecer apoio a esta iniciativa piloto, integrado por representantes do Chile e do Peru em GTE/GRD, pontos focais do Chile e do Peru e representantes do BID, que farão a gestão das atividades e garantirão a qualidade dos diferentes produtos que serão elaborados. Os passos a seguir com o Grupo Regional de Seguimento serão realizados de maneira sequencial e considerando as diretrizes indicadas anteriormente. De acordo com a metodologia, os passos a seguir são:

### *Fase I - Identificação de infraestrutura de integração em zona exposta*

Foi realizada de maneira exaustiva a identificação de infraestrutura de integração localizada na região de silêncio sísmico do sul do Peru e do norte de Chile, classificando-a segundo seu pertencimento a algum Grupo de Projeto, Eixo de Integração e Desenvolvimento, tipo de infraestrutura, etc.

Do conjunto de infraestrutura de integração identificado pelo Grupo Regional de Seguimento, foram selecionadas preliminarmente as seguintes que fazem parte do Grupo 5 de Projetos do Eixo Interoceânico Central:

Chile	Peru
1. <a href="#">Melhoria Porto de Arica</a>	1. <a href="#">Porto de Ilo</a>
2. <a href="#">Melhoria Porto de Iquique</a>	2. <a href="#">Porto Matarani</a>
3. <a href="#">Melhoria Aeroporto de Arica</a>	3. <a href="#">Aeroporto de Tacna</a>
4. <a href="#">Aeroporto de Iquique</a>	4. <a href="#">Trecho rodoviário Tacna-Collapa</a>
5. <a href="#">Rodovia Arica – Tambo Quemado</a>	5. <a href="#">Rodovia Camaná-Matarani-Ilo</a>

### *Fase II – Análise de risco de desastres*

Para cada uma das cinco infraestruturas pré-selecionadas no Chile e no Peru, serão realizados de maneira independente[4] os passos que são detalhados a seguir:

- Passo 1: Definição de indicadores de desempenho para cada uma das infraestruturas.
- Passo 2: Caracterização de componentes de cada infraestrutura.
- Passo 3: Definição de nível de profundidade das análises de risco de cada infraestrutura.

Em todos os passos anteriores, se contará com a participação ativa de representantes de instituições governamentais e acadêmicas para buscar, recopilar e analisar informações tanto de ameaças, como de infraestrutura priorizada, seus componentes e funcionamento.

- Passo 4: Análise de risco e identificação de possíveis medidas de redução de risco. Cada país selecionará três das infraestruturas pré-selecionadas chegando a um total de 6. Para cada uma dessas infraestruturas serão desenvolvidos estudos independentes que permitam encomendar estudos de risco determinísticos ou probabilísticos.



## Apoio BID

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovou em abril de 2014 uma Cooperação Técnica RG-T2474, “Apoio à incorporação da gestão do risco de desastres na infraestrutura regional de Cosiplan-IIRSA”, objetivando apoiar a incorporação da GRD no projeto e implementação das infraestruturas regionais de integração (incluindo as infraestruturas transfronteiriças) planejadas e implementadas pelo Cosiplan-IIRSA, e que esta CT cubra as atividades de 2014 e 2015, ou seja, até a realização do estudo de Análise do Risco e identificação de possíveis medidas de redução de risco.

## Bibliografia

EIRD/ONU. [\*Global assessment report on disaster risk reduction\*](#). Genebra, 2011.

MOENCH, M.; MECHELER, R.; STAPLETON, S. “Guidance note on the cost and benefits of disaster risk reduction”. ISDR Global Platform on Disaster Risk High Level Dialogue. 4-7 jun. 2007.

OFICINA NACIONAL DE EMERGENCIA (ONEMI). Política Nacional de Gestión del Riesgo de Desastre. Santiago de Chile, 2011.

[1] Esta matéria foi elaborada por Hori Tsuneki (Especialista em Gestão de Riscos de Desastres do BID), Patricio Mansilla (Especialista em Infraestrutura de Integração do BID) e Rigoberto García (Coordenador Nacional Cosiplan-IIRSA pelo Chile, Ministério de Obras Públicas).

[2] Além disso, a região tem 204 vulcões ativos.

[3] Extraído de vários documentos da Cepal relacionados com a [Avaliação do Impacto de desastres na América do Sul](#).

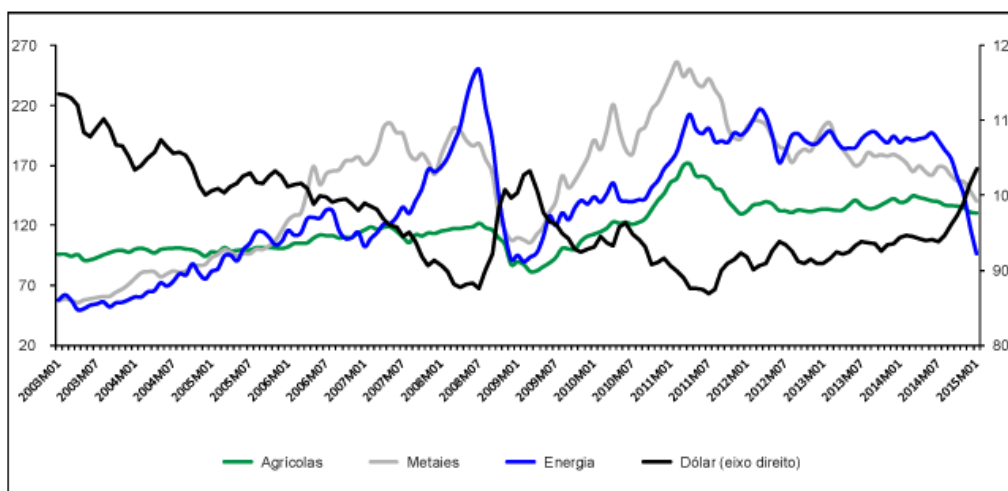
[4] A menos que se trate de infraestruturas similares.

## Queda de preços dos produtos básicos: um cenário ainda aberto

Os preços dos principais produtos básicos vêm percorrendo uma trajetória de desaceleração e estagnação desde o segundo trimestre de 2011 (Gráfico 1).[1] Desde meados de 2014 soma-se a isso uma queda abrupta do preço do petróleo. Há prognósticos que indicam um cenário deprimido para as cotações da maioria desses produtos no que resta de 2015 (BANCO MUNDIAL, 2015).


Gráfico 1. Preços de grupos de matérias-primas selecionadas e dólar norte-americano a/

Índice 2005=100



Obs.: a/ O tipo de câmbio do dólar é um índice multilateral relativo a uma ampla cesta de moedas (Broad dollar index) elaborado pelo FED. Uma inclinação positiva (negativa) indica apreciação (depreciação). Fonte: BID-Intal com dados do FMI e do FED.

Entre os fatores que explicam a evolução recente dos preços das matérias-primas se encontram o fraco crescimento mundial depois da crise financeira de 2008-2009, o desempenho desigual entre países, a desaceleração da economia da China e a apreciação do dólar a partir das expectativas de normalização da política monetária norte-americana.



A respeito deste último ponto, cabe apontar que entre julho de 2014 e janeiro de 2015 essa moeda se valorizou em torno de 10% em comparação com uma ampla cesta de moedas.[2] Como indica o [Monitor de Integração e Comércio 2014](#) o valor do dólar impacta os preços dos produtos básicos por meio de dois canais. O primeiro é o seu papel como numerário: dado que estes têm cotação internacional na moeda americana, uma apreciação tende a baixar o preço nominal desses bens. O segundo é decorrente das expectativas de aumento da taxa de juros nos Estados Unidos, que leva os investidores a um “voo para a qualidade” e, portanto, à diminuição da demanda de produtos básicos no seu papel de reserva de valor.

Um fator mais específico que está incidindo na redução da cotação do petróleo, do cobre e do minério de ferro é o aumento da produção mundial decorrente do amadurecimento de projetos iniciados na fase alta do ciclo. Decisões de investimento realizadas quando os preços se situavam em níveis muito elevados só recentemente deram lugar a aumentos de oferta, com a consequente pressão para a baixa das cotações dentro de um contexto de debilidade relativa da demanda global.

No caso do petróleo, as elevadas cotações precedentes tornaram rentável a produção em jazidas com custos unitários mais altos do que outras com melhores condições produtivas, graças a tecnologias inovadoras. Nos Estados Unidos, por exemplo, verificou-se um intenso processo de substituição de compras externas por produção interna desde 2005: a importação do hidrocarboneto por unidade de produto (medido a preços constantes) em 2013 foi 36% menor do que o nível correspondente a 2005.[3]

Na atualidade, a abundante oferta de petróleo faz com que o setor “energia” seja o que registra a maior queda de preços no grupo de produtos básicos exportados pela região. Entre junho de 2014 e janeiro de 2015, o preço do petróleo[4] despencou 56%. Embora no caso dos produtos agropecuários e dos metais a queda tenha sido relativamente menor (-7,2% e -13,3%, respectivamente), estes setores acumulam queda em janeiro de 2015 de 24% e 45% com relação aos seus máximos relativos de 2011 (Gráfico 1).

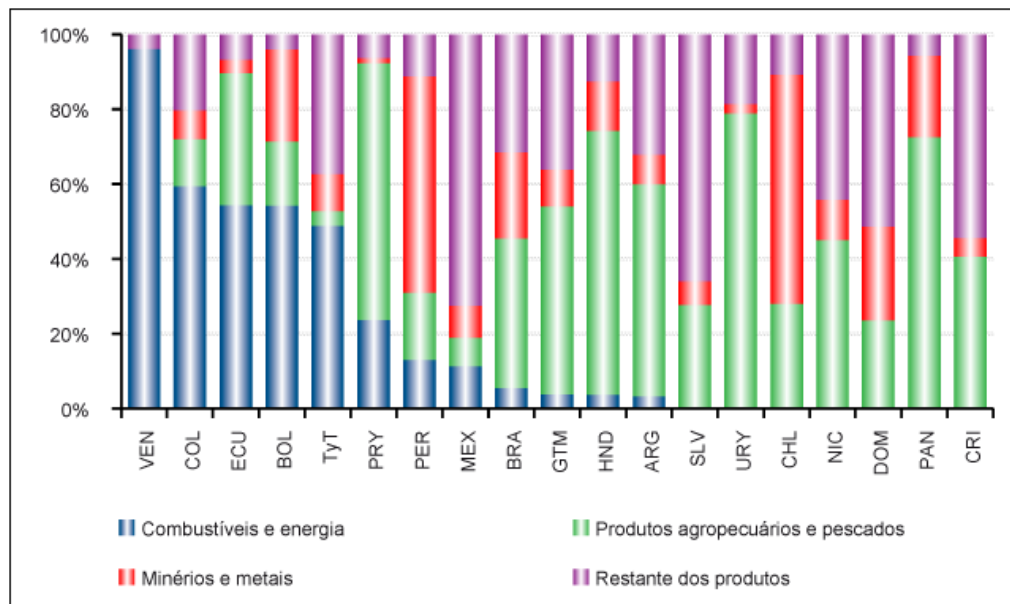
### **Exportadores líquidos**

Pelo lado das exportações dos países da América Latina especializados em produtos básicos, a atual situação do mercado é um sinal de alerta (Gráfico 2). Colocando o foco nos bens energéticos e em particular no petróleo, as economias mais afetadas pela evolução recente do preço são a Venezuela, a Colômbia e o Equador. Nestes casos, mais da metade das vendas externas são petroleiras; na Bolívia e em Trinidad e Tobago as exportações têm um alto componente de gás natural. Caso se mantenha assim, a situação também poderia afetar o México, com 10% de participação do petróleo e com uso de uma estratégia de vendas a futuro que lhe permitiu estabilizar sua receita por meio do hidrocarboneto, fiscalmente relevante.



Gráfico 2. Composição das exportações dos países da América Latina e do Caribe selecionados segundo grandes setores, 2013

Em %



Fonte: BID-Intal com base no DataIntal.

Nos demais países sul-americanos, exportadores de outros produtos básicos como agropecuários e minérios e metais, o impacto dos preços também será sentido sobre as exportações. Em janeiro de 2015, o preço do minério de ferro estava 30% abaixo da média de 2014; o da soja era 20% inferior à sua cotação média de 2014. O preço do cobre caiu 15% com relação a 2014 (Gráfico 3). No Chile e no Peru, os minérios e metais representam cerca de 60% das vendas externas; no caso do Brasil este setor constitui quase 25% do total dos envios – principalmente de minério de ferro - enquanto 40% são produtos agropecuários. Para a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, o setor agropecuário representa 57%, 69% e 79% do total das exportações, respectivamente.

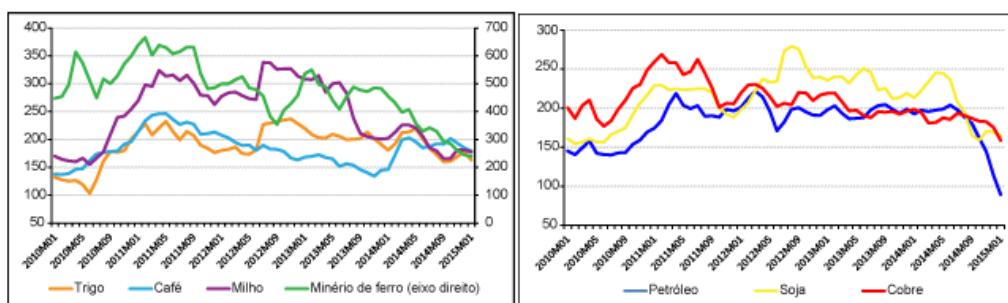
### Importadores líquidos

A outra face da moeda do cenário em curso dos mercados de produtos básicos é observada pelos importadores líquidos desses bens. Como os países centro-americanos e caribenhos são compradores líquidos de energia e de alguns produtos agropecuários, a redução dos preços dessas matérias-primas teria, em princípio, um efeito positivo sobre sua balança comercial. No entanto, é prematuro estabelecer a magnitude desse efeito já que bens como café e açúcar, cujas cotações

também se encontram em queda e que têm um papel importante nas exportações, poderiam neutralizar esse efeito. Em anos recentes, no âmbito expansivo dos mercados de metais e minérios, alguns desses países também começaram a registrar exportações relevantes desses produtos, que agora não teriam perspectivas tão favoráveis.

Gráfico 3. Preços de produtos selecionados

Índice 2005 =100



Fonte: BID-Intal com dados do FMI.

Em termos mais gerais, e sem ser exaustivos, a atual situação do mercado de produtos básicos poderia desencadear diversos efeitos indiretos ainda difíceis de prever. A redução do preço do petróleo, por exemplo, pode atuar como um fator estimulante da demanda em mercados que vêm experimentando contrações ou crescimentos fracos (como alguns países europeus); isso poderia repercutir no crescimento de suas importações da América Latina e do Caribe. Uma redução nos índices inflacionários na própria região (graças à queda do preço dos energéticos) também poderia aumentar o poder aquisitivo das rendas e os níveis de atividade e de comércio. Cabe destacar que, até agora, os possíveis efeitos negativos da queda do preço de petróleo sobre a rentabilidade dos enormes investimentos no setor não parecem ter tido efeitos desestabilizadores sobre os mercados financeiros internacionais. Por outro lado, devem-se somar a este panorama os sinais de consolidação do crescimento nos Estados Unidos, mesmo que continuem a não ser claros seus efeitos sobre a demanda importadora.

É plausível pensar que o cenário em andamento seja o epílogo de uma fase de elevados preços dos produtos básicos, sustentados principalmente entre 2003-2008, mas também durante a recuperação pós-crise financeira internacional. Apesar de a maioria dos países da região se encontrar em melhor situação macroeconômica em comparação com eventos similares do passado - tanto em termos de endividamento como de resultado comercial externo -, a atual conjuntura se apresenta como um cenário aberto, com consequências ainda em desenvolvimento.

## Bibliografia:

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *World Economic Outlook Update. Cross Currents*. Jan. 2015.

GIORDANO, P. (Coord.). [\*Monitor de Comercio e Integración 2014: Vientos adversos: Políticas para relanzar el comercio en la post-crisis\*](#). BID. Out. 2014.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. *Medium-Term Oil Market Report 2015*. 2015.

U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). *World Agricultural Supply and Demand Estimates*. 10 fev. 2015.

WORLD BANK. *Commodity Markets Outlook*. Jan. 2015.

## Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. [“O preço dos alimentos e a erosão das bases do protecionismo agrícola”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 139*, fevereiro de 2008.
- BID-INTAL. [“Preços das matérias-primas e crise internacional: evolução recente e perspectivas”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 155*, junho de 2009.
- BID-INTAL. [“Perspectivas de aumento dos preços dos alimentos”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 167*, julho de 2010.
- BID-INTAL. [“Os preços dos alimentos em níveis recorde. Um déjà vu de 2008?”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 174*, fevereiro de 2011.
- BID-INTAL. [“Volatilidade e novos máximos no preço de matérias-primas agrícolas”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 192*, agosto de 2012.

[1] Este texto foi elaborado pelas consultoras Rosario Campos e Kathia Michalczewsky. Agradecem-se os valiosos comentários de Alejandro Ramos Martinez, Economista Sênior do Intal.

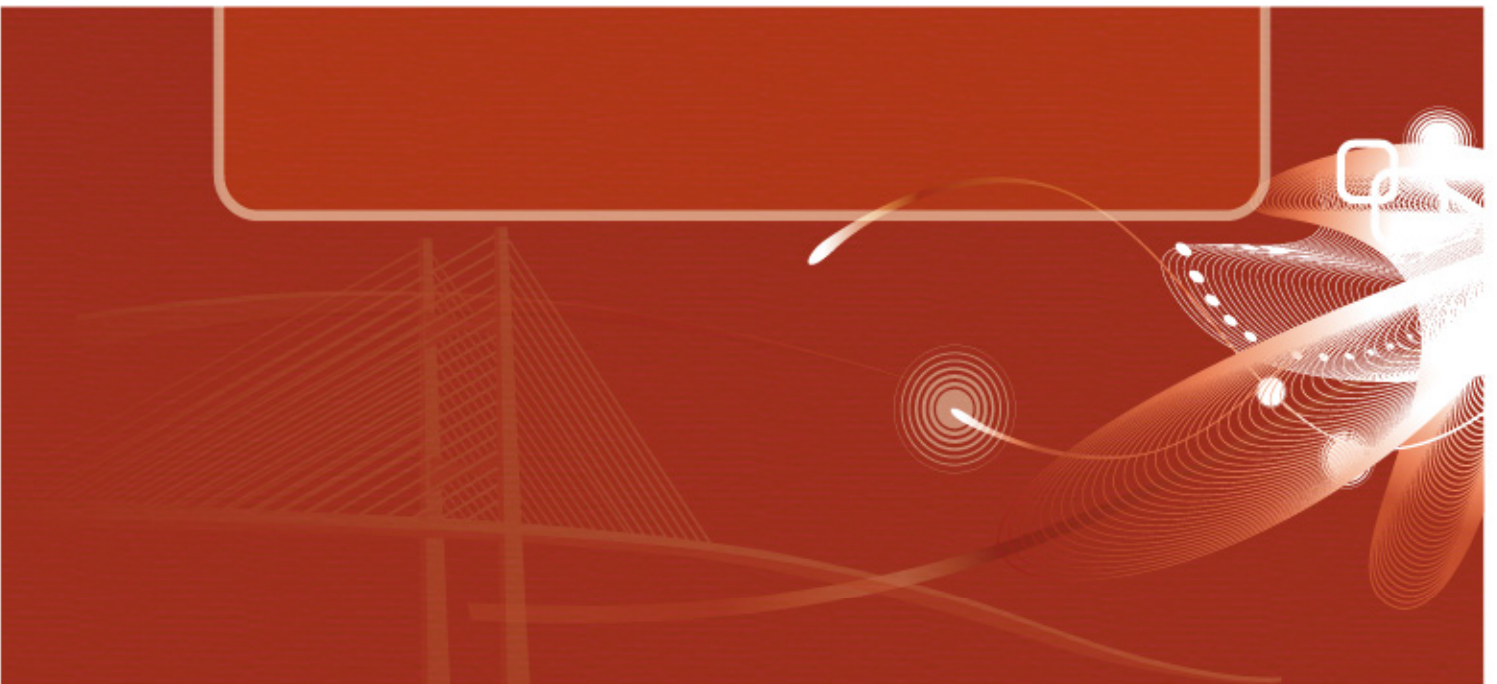
[2] Trata-se do “*broad dollar index*” elaborado pelo FED. Para mais detalhes sobre o impacto da apreciação do dólar sobre os preços dos produtos básicos veja Giordano (2014).

[3] Veja Giordano (2014), p. 30-31.

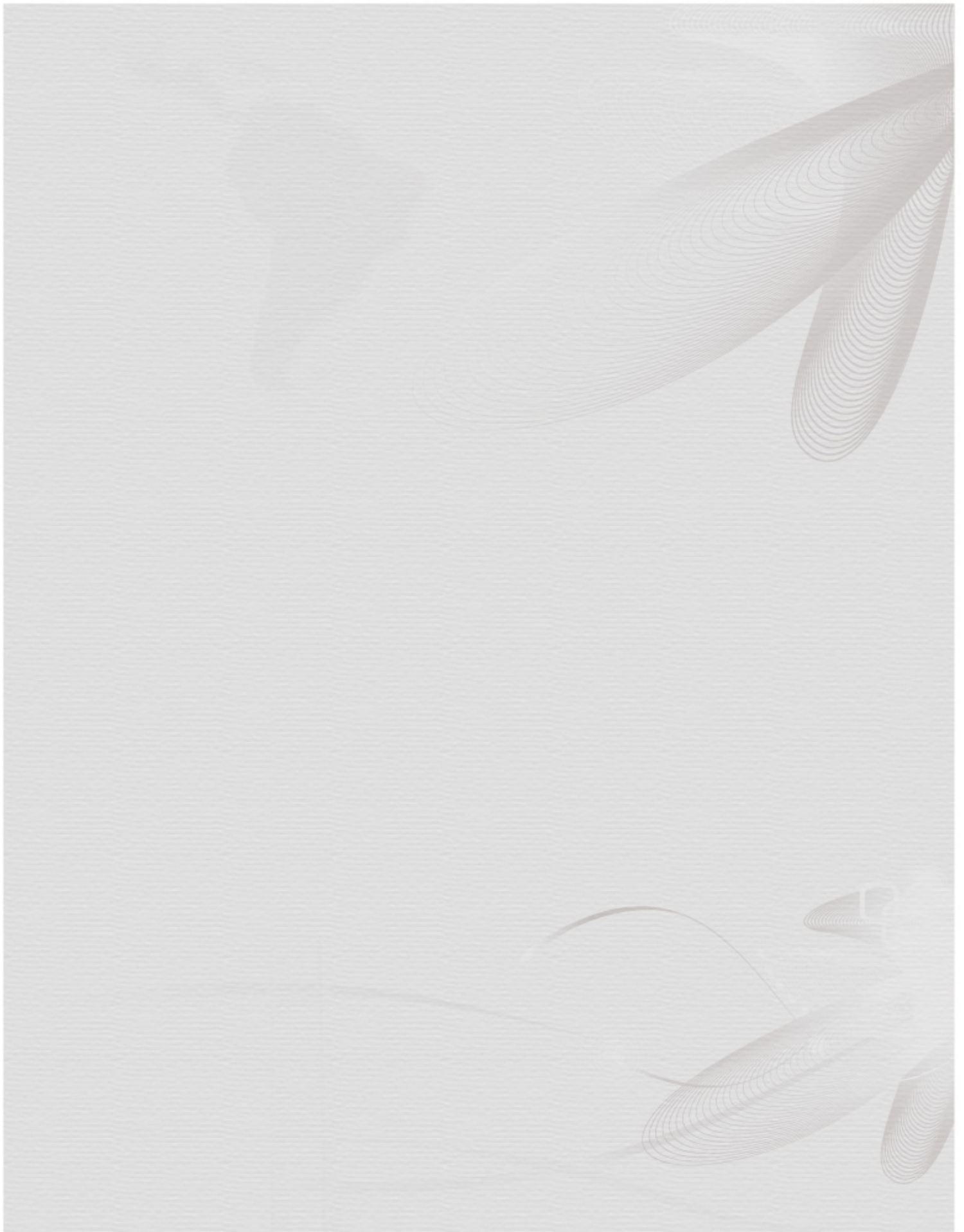
[4] Média simples de West Texas Intermediate, Brent e Dubai Fateh. Fonte: FMI.



# Blocos de Integração









# Aliança do Pacífico

## 19ª Rodada de Grupos Técnicos

Nos dias 21 e 22 janeiro foi realizada em Bogotá, Colômbia, a [19ª Rodada de Grupos Técnicos da Aliança do Pacífico](#).

Os representantes analisaram o avanço dos projetos dos diversos Grupos Técnicos:

- Cooperação: avaliou os avanços da Plataforma de Mobilidade Acadêmica e Estudantil, que concedeu 800 bolsas.
- Serviços e capitais: acordou as diretrizes do Comitê Conjunto Misto de Serviços e Investimentos para melhorar o clima de investimento e de negócios.
- Turismo: concentrou-se nas políticas de qualidade buscando melhorar os padrões para atrair visitantes internacionais.
- Educação: estabeleceu as diretrizes normativas para fortalecer e desenvolver os sistemas de educação técnica.
- Pequenas e Médias Empresas (PMEs): concentrou-se na criação de um Observatório.
- Inovação: realizará um workshop com o objetivo de favorecer o projeto de políticas para o empreendimento e a inovação.
- Relacionamento externo e estratégia comunicacional: avançou na definição de cursos de ação para a relação com organismos internacionais e com os Estados Observadores.

Também se reuniram os Grupos de:

- Assuntos institucionais.
- Comitê de Peritos para o Conselho Empresarial da Aliança do Pacífico (CEAP).
- Movimento de pessoas e facilitação de trânsito migratório.

Durante a reunião foi aprovado o projeto de Diplomacia Esportiva da Aliança do Pacífico, que busca contribuir para a integração regional por meio de encontros esportivos e culturais como aporte a processos de inclusão social.

Estes encontros são preparatórios para a próxima reunião do Grupo de Alto Nível (GAN) e para a 10ª Cúpula da Aliança do Pacífico, a ser realizada em Urubamba, Peru em junho de 2015.



# Países do Caribe buscam integração energética

Nos dias 4 e 5 de fevereiro realizou-se uma Reunião Especial do Conselho para o Comércio e o Desenvolvimento Econômico (Coted, sigla em inglês) da Comunidade do Caribe (Caricom), em Georgetown, Guiana, para discutir sobre a integração energética regional no Caribe. Durante a reunião foram definidos os passos a seguir para o estabelecimento do Centro Caribenho para a Energia Renovável e a Eficiência Energética, cuja criação foi aprovada em novembro de 2014. O Centro, que conta com o apoio da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi), o Governo da Áustria, e o Programa "Muelle" (Pier) da Aliança de Pequenos Estados Insulares (SIDS, sigla em inglês),<sup>[1]</sup> terá como objetivo apoiar e coordenar os programas de eficiência energética e energia renovável dos países da Caricom. Durante o encontro, os ministros de Energia e Meio Ambiente discutiram também a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, ressaltando especialmente a necessidade de estabelecer estratégias regionais para atrair capital que apoie projetos de adaptação climática. Cabe destacar que os países do Caribe fazem parte da Iniciativa [“Energia Sustentável para Todos”](#), uma aliança multissetorial de governos, sociedade civil e dos setores acadêmico e privado lançada pelo secretário-geral da ONU em 2011 que apoia os países na adoção de tecnologias energéticas mais eficientes e no uso crescente de energias renováveis. O Banco Interamericano de Desenvolvimento é o [Hub regional](#) para a América Latina e fornece uma [plataforma on-line](#) para catalisar esforços da região para a energia sustentável.

[1] Esta é uma iniciativa dos países-membros da [Aliança de Pequenos Estados Insulares](#) (SIDS, sigla em inglês) que oferece um mecanismo institucional coletivo para apoiar as pequenas ilhas a transformarem seus setores energéticos nacionais em linha com um desenvolvimento econômico sustentável e ajudar a gerar recursos para a adaptação às mudanças climáticas.





## Reunião de Governadores do BID no Caribe

Nos dias 18 e 19 fevereiro foi realizada em Nassau, Bahamas, a Quarta Reunião de [Governadores do Departamento de Países do Caribe](#) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Durante o encontro, do qual participou o presidente do BID, Luis Alberto Moreno, foram discutidas propostas para a estrutura organizacional e a capitalização do setor privado do BID, e as políticas financeiras a longo prazo do banco. O evento serviu como preparação para a [Reunião Anual da Junta de Governadores do BID](#), que será realizada de 26 a 29 de março na República da Coreia.




## América Central

### Guatemala, El Salvador e Honduras avançam para a União Alfandegária

Os três países que formam o Triângulo Norte da América Central acordaram um plano para liberalizar suas passagens de fronteira para o movimento de bens e pessoas em um prazo de seis a oito meses. A formação de uma União Alfandegária na região se apoia no Protocolo ao Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana (Protocolo da Guatemala), na Convenção-Quadro para o Estabelecimento da União Alfandegária e nos compromissos em matéria de integração assumidos no âmbito do Acordo de Associação com a União Europeia.

A iniciativa, que havia sido lançada pela Guatemala e por Honduras em novembro de 2014, e à qual se somou El Salvador, avançou nos últimos meses no âmbito de encontros nos quais foram sendo definidas as diretrizes para começar o processo de unificação de alfândegas entre os três países. A elaboração da estratégia estaria pronta no final do primeiro trimestre do ano. O planejamento será realizado por representantes de diferentes instituições de cada um dos países (economia, defesa nacional, meio ambiente, agricultura, migração, entre outros), já que é necessário contar com acordos em âmbitos como o tributário, de segurança, sanitário e fitossanitário, migratório, etc. Em matéria migratória, acordaram iniciar um processo de regularização para os salvadorenhos e guatemaltecos que trabalham nos dois países e que contam com um status migratório irregular. Além do aspecto administrativo e de controle, também serão tomadas medidas relacionadas com a infraestrutura eletrônica e física, que agilize a passagem de pessoas e mercadorias pelas fronteiras. Nesse sentido serão implementados mecanismos de intercâmbio de informações, inteligência e combate ao crime organizado.

A respeito do desenvolvimento de infraestrutura, El Salvador financiará a construção das pontes binacionais Manuel José Arce e Anguiatú; e a Guatemala, por sua vez, a da ponte de El Jobo, na fronteira Las Chinamas-Valle Novo.



Segundo o [planejamento](#) anunciado em junho de 2015 será implementado o modelo com *software*, infraestrutura e equipamentos, e em outubro será colocado em funcionamento.

Segundo o [governo da Guatemala](#), a implementação da união alfandegária entre estes países implicará um crescimento de pelo menos 1% do PIB para o conjunto. Cabe lembrar que El Salvador, Honduras e Guatemala representam mais da metade do PIB e do comércio internacional da América Central, e dois terços da sua população.

Embora nos três casos os Estados Unidos seja o principal sócio comercial, a própria região é um destino muito relevante para todas as economias: no caso de El Salvador, cerca de 40% das suas exportações estão dirigidas ao istmo e quase 30% correspondem a vendas para a Guatemala e Honduras. A Guatemala envia 30% das suas exportações totais para os demais países da América Central, e quase 20% vão para o restante do Triângulo Norte. Honduras exporta quase um quarto do total para o istmo e 15% correspondem a El Salvador e Guatemala. A relevância destas três economias como parceiros comerciais reflete a importância da formação da União Alfandegária proposta.

Além disso, El Salvador, Guatemala e Honduras também impulsionaram em conjunto o [Plano da Aliança para a Prosperidade](#), um programa que busca evitar a migração irregular para os Estados Unidos, que conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tem um custo aproximado de US\$ 15 bilhões. O grave fenômeno da migração de crianças não acompanhadas veio à tona publicamente em 2014; as autoridades dos Estados Unidos estimaram que cerca de 18 mil crianças atravessaram sozinhas a fronteira sul no ano passado. Devido a esta situação foi proposta a implementação deste Plano que se estenderá por cinco anos, e se buscará fomentar o desenvolvimento e a criação de empregos na região.

Mais informações nos seguintes links: [\[1\]](#) [\[2\]](#) [\[3\]](#) [\[4\]](#) [\[5\]](#) [\[6\]](#) [\[7\]](#) [\[8\]](#) [\[9\]](#).

## Guatemala busca ampliar seus laços comerciais

Nos últimos meses a Guatemala tem avançado em vínculos comerciais com outras economias da América Latina e do Caribe.

Por um lado, visou à aproximação com as economias da Comunidade do Caribe (Caricom) com as quais buscará fortalecer e aprofundar as relações tanto diplomáticas quanto comerciais mediante a assinatura de acordos comerciais para ampliar as oportunidades empresariais, atrair novos investimentos e melhorar as capacidades e qualidades de exportação.

Com esse objetivo [em 6 de fevereiro assinou um acordo de alcance parcial \(AAP\) com Trinidad e Tobago](#), que se soma ao acordo de características similares que já tem com Belize.

As negociações ocorreram entre abril de 2012 e junho de 2013, período em que foram realizadas seis rodadas. As duas economias se concederam a liberalização imediata para um grupo específico de bens, que em alguns casos se fará de forma gradual em um máximo de dez anos. Trinidad e Tobago terá tratamento preferencial para exportar para a Guatemala produtos como carne de coelho, leite evaporado, creme de leite, abóbora, feijão vermelho, mandioca, abacaxi, mamão, preparações alimentícias, tomates e ervilhas preparadas, manteiga, entre outros. Por sua vez, a Guatemala exportará com tarifas preferenciais para o mercado de Trinidad e Tobago as seguintes mercadorias: carne bovina, queijos, rosas, crisântemos, gérberas e outras flores ornamentais, repolho, pepinos, aspargos, milho, nozes, melancias, morangos e chocolates.

A Guatemala exportou em 2013 cerca de US\$ 18 milhões para Trinidad e Tobago em açúcar, minérios, bebidas alcólicas, vinagres, manufaturas de papel e papelão, entre outros, e importou desse país caribenho aproximadamente US\$ 95 milhões em derivados de petróleo, ferro, aço, gás propano, papel e papelão, bebidas alcólicas e vinagres, entre outros.

Por outro lado, a [Guatemala recebeu o apoio do governo do Chile para entrar na Aliança do Pacífico](#), bloco integrado por esse país, Colômbia, Peru e México. A Guatemala cumpre o requisito necessário para ser membro da Aliança, já que conta com acordos comerciais com todos os seus sócios: com o México, no âmbito do TLC Único México–América Central; com o Chile, em um formato similar desde 2010, e com a Colômbia no âmbito do Acordo Colômbia–Triângulo Norte vigente desde 2009. Com o Peru o Tratado foi assinado, mas ainda não está em vigência.[1]

Em 2013, a Guatemala exportou US\$ 646 milhões para os países da Aliança do Pacífico (7% das exportações totais), e importou quase US\$ 3 bilhões dessas economias (19% das compras totais), principalmente do México. As vendas são compostas quase em sua totalidade por borracha, óleo de palma e açúcar de cana, e as compras têm uma grande participação do petróleo, embora estejam bastante diversificadas em manufaturas de diferentes tipos.

[1] Veja [Instrumentos Jurídicos de Integración](#) do BID-Intal para mais detalhes sobre os acordos e as negociações.



## Fórum de Diálogo e Cooperação do Sica e do Japão

Nos dias 5 e 6 de fevereiro foi realizada na Guatemala a [17ª Reunião do Fórum de Diálogo e Cooperação do Sistema de Integração Centro-Americana \(Sica\) e do Japão](#), para o fortalecimento das relações do istmo com o país asiático.

Do encontro participaram os vice-ministros das Relações Exteriores dos países-membros do Sica, o diretor-geral para a América Latina e o Caribe do Ministério de Relações Exteriores do Japão e a secretária-geral do Sica.

Foram apresentadas as iniciativas de cooperação técnica e científica do Sica com o Japão, entre elas: moradia, gênero, saúde, educação e cultura, prevenção de desastres; micro, pequenas e médias empresas; administração pública e tecnologias emergentes. Destacou-se especialmente a [contribuição técnica e científica do Japão](#) para o Projeto de Prevenção de Desastres Fase II (Bosai) e para o projeto de Fortalecimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (Kaizen).

Além disso, os participantes manifestaram o interesse de elaborar um novo documento que substitua a [Declaração de Tóquio](#) e o [Plano de Ação do 2005](#).<sup>[1]</sup>

Finalmente [foi acordada a celebração do 80º aniversário das relações diplomáticas](#) dos países centro-americanos com a nação nipônica no âmbito da 3ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Sica e do Japão, a realizar-se no segundo semestre de 2015, e foi confirmada a realização do 2º Fórum de Negócios Sica-Japão, em maio, na cidade da Guatemala.

[1] A Declaração de Tóquio e o Plano de Ação respectivo contêm iniciativas a respeito da cooperação entre as duas regiões em questões como a consolidação da democracia, o fortalecimento da segurança cidadã, economia, desenvolvimento, turismo, mitigação de desastres naturais, integração regional, educação, intercâmbio cultural, entre outros.

## Lançamento regional da Estrada Mesoamericana da Informação

No âmbito da 23ª Reunião do Fórum Mesoamericano de Autoridades de Telecomunicações (FMAT), foi realizado o [Lançamento regional da Estrada Mesoamericana da Informação \(AMI, sigla em inglês\)](#).

A AMI é uma rede de fibra ótica de alta capacidade instalada sobre o [Sistema de Interconexão Elétrica dos Países da América Central \(Siepac\)](#), que tem um comprimento de 1.800 quilômetros do México até a Colômbia, com pontos de conexão nas capitais e que integra fisicamente os Estados membros.

Essa [iniciativa](#), que surgiu do mandato presidencial da 13ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Tuxtla realizada em dezembro de 2011, facilitará a conectividade e acessibilidade à internet, conectará a região entre si e com o restante do mundo, promoverá o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), assim como a redução das tarifas por conexão e serviços. Espera-se que a AMI contribua para facilitar o comércio, por meio da interconexão de alfândegas e a agilização de trâmites; para o desenvolvimento do Governo Eletrônico, para oferecer serviços mais eficientes na área pública; para a segurança regional, por meio da conexão de bancos de dados e da facilitação para compartilhar informações.

## Estrada Mesoamericana da Informação



Obs.: Gráfico traduzido. Fonte: Rede Centro-Americana de Telecomunicações (<http://www.redcasiepac.com/index.php/es/>).

O projeto, que exigiu um investimento de US\$ 790.000, foi realizado com o financiamento de cooperações técnicas não reembolsáveis do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que forneceu US\$ 492.000, e de outras instituições como o Banco Centro-Americano de Integração Econômica e o Banco de Desenvolvimento da América Latina CAF.

Veja no seguinte [link](#) o vídeo de lançamento da AMI produzido pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Escritório Nacional do Projeto Mesoamérica de El Salvador.

Mais informações sobre a AMI no seguinte [link](#).





## Comunidade Andina

### CAN não autoriza salvaguardas aplicadas pelo Equador

A Secretaria-Geral da Comunidade Andina publicou, no dia 6 de fevereiro, uma [Resolução](#) na qual se pronuncia contra as salvaguardas cambiais aplicadas pelo Equador às importações oriundas da Colômbia e do Peru. O comunicado assinala que “não encontrou elementos suficientes que permitissem verificar a existência de uma perturbação às condições de concorrência como consequência da depreciação das moedas da Colômbia e do Peru”.<sup>[1]</sup>

O conflito entre os países andinos remonta a 5 de janeiro de 2014, quando o Equador, em resposta a uma depreciação do peso colombiano e do sol peruano, decidiu começar a aplicar um direito alfandegário de até 7% para os produtos provenientes do Peru e de até 21% para os oriundos da Colômbia. Deve-se lembrar de que, ao ter adotado o dólar norte-americano como moeda, o Equador não pode influir nos preços relativos de seus bens e serviços por meio da intervenção no mercado cambial.

Os países afetados solicitaram à Secretária da CAN que se pronuncie sobre esta medida. Com o ditame negativo recentemente emitido, o Equador deverá levantar de maneira imediata as salvaguardas aplicadas e compensar as empresas afetadas pela aplicação das salvaguardas mencionadas.

#### Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[Peru e Equador solucionam conflitos comerciais](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N° 218*, outubro de 2014.
- BID-INTAL. “[Salvaguarda cambial entre países andinos](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N° 218*, janeiro de 2015.

[1] Veja Comunidade Andina, [Comunicação à imprensa](#), 6 de fevereiro de 2015.



# Paraguai e Uruguai estreitam vínculos bilaterais

Os ministros das Relações Exteriores do Paraguai e do Uruguai se [reuniram](#) em Assunção na primeira semana de fevereiro com o objetivo de fortalecer a relação bilateral. Entre os principais aspectos discutidos destacam-se a instalação e o primeiro encontro do Grupo de Alto Nível Paraguai–Uruguai (GAN), em cujo âmbito foram formados os seguintes subgrupos de trabalho: de livre circulação de pessoas; integração produtiva; infraestruturas e logística; educação cultura e turismo; assuntos institucionais e intercâmbio de informação para o posicionamento em organismos regionais.

Os chanceleres também integraram a Comissão de Alto Nível responsável pela concessão de facilidades portuárias por parte do Uruguai ao Paraguai no porto de águas profundas que será construído em Rocha, e acordaram coordenar ações para facilitar o acesso do Paraguai aos depósitos francos e instalações portuárias relacionadas no Uruguai. Além disso, decidiram realizar em Montevideu, no primeiro semestre de 2015, a 2ª Reunião da Comissão Bilateral de Comércio e Investimentos.

## Acordos com países asiáticos

### Dois países do Mercosul assinaram acordos com parceiros asiáticos

#### *Argentina-República Popular da China*

Os presidentes da [Argentina e da China](#) assinaram diversos convênios de cooperação. Destacam-se, entre eles, um marco geral de cooperação sobre usos pacíficos da energia nuclear e um acordo que prevê a construção de uma usina com urânio enriquecido e água leve na Argentina, que utilizará tecnologia chinesa e será financiada pelo país asiático.

Em uma linha similar, outro dos convênios estabelece um âmbito de cooperação entre o Ministério da Economia da Argentina e o Banco de Exportações e Importações de China (Cexim) para que este último financie projetos de investimentos no país sul-americano.

Outro ponto a destacar é a criação do Fórum de Negócios Argentina-China (Fonac), que reunirá representantes dos governos e do setor empresarial dos dois países, e terá como objetivo promover as relações econômicas bilaterais.

No âmbito do Plano de Ação Argentino-Chinês 2014-2018, se promoverá a cooperação de políticas científico-tecnológicas e de inovação sobre agroalimentos, indústrias de base tecnológica, energia limpa e renovável (especialmente bioenergia), nanotecnologia, biotecnologia para o aproveitamento de biomassa, biomedicina, tecnologias da informação e comunicações, divulgação tecnológica e setor florestal.

Com relação ao setor agropecuário, a cooperação incluirá sanidade animal (destacando-se o projeto de fabricação conjunta de uma vacina contra a febre aftosa), sementes, produção de leite, comércio e modernização agrícola pecuária.

Os demais convênios preveem a cooperação bilateral em matéria de tecnologia espacial, aspectos culturais, facilitação de emissão de vistos de turismo, meios de comunicação, saúde e assistência jurídica mútua em questões penais.

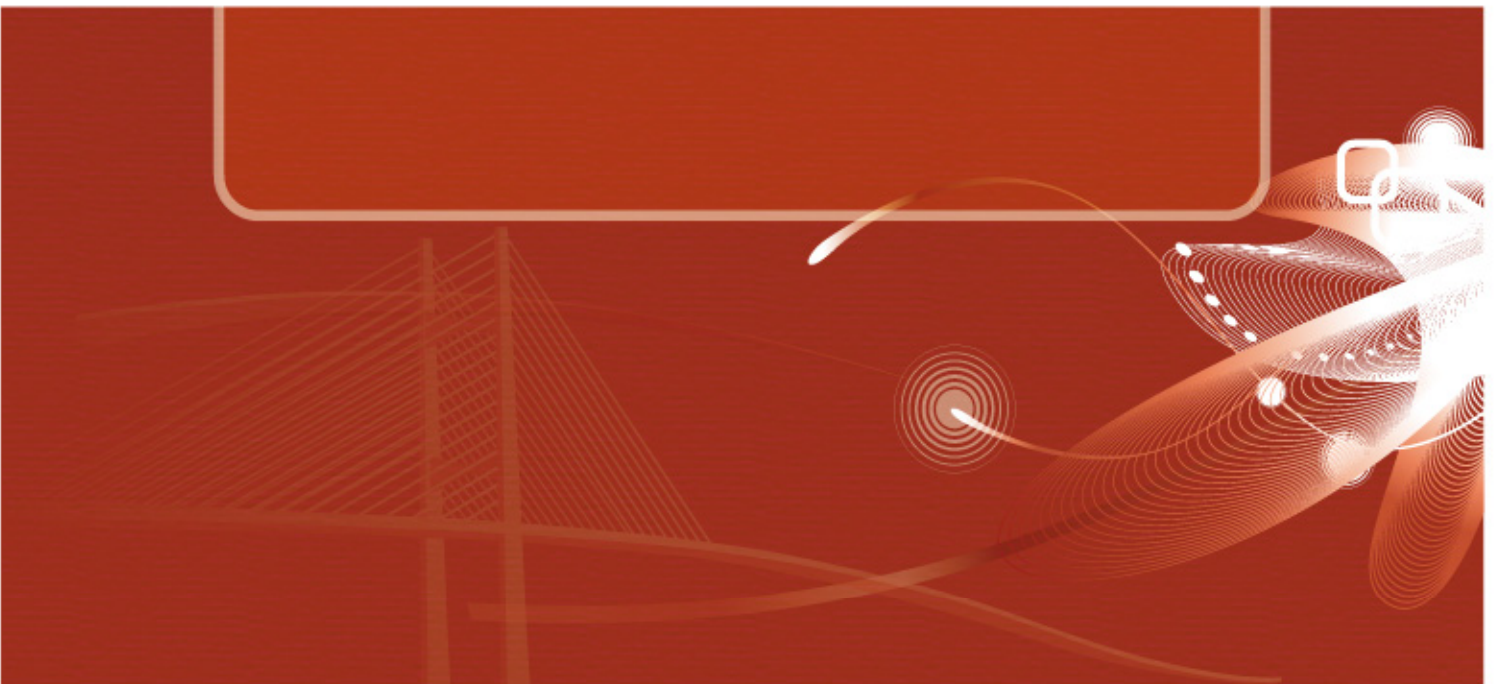
#### *Uruguai-Japão*

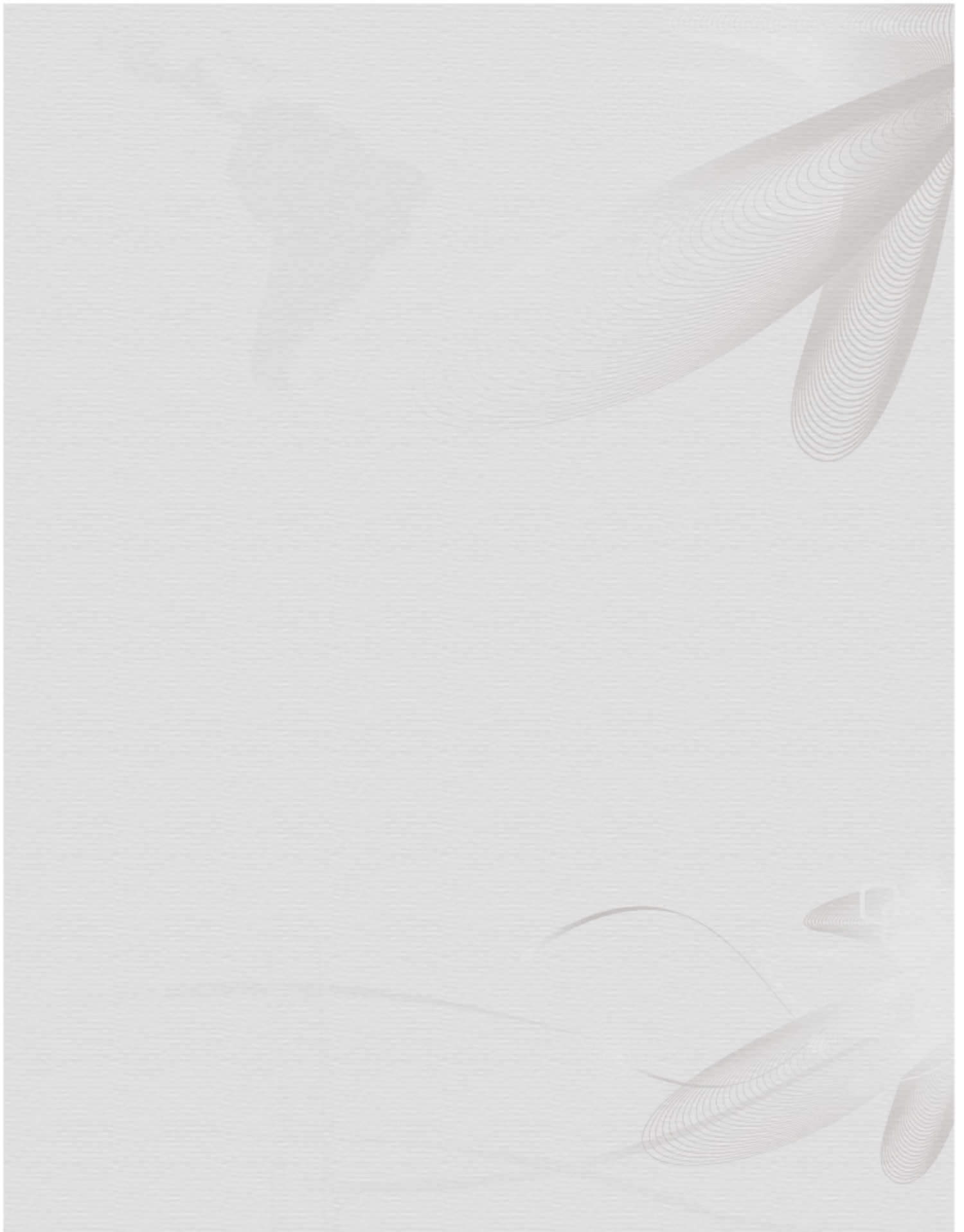
O [Uruguai e o Japão](#) assinaram um Tratado para a Liberalização, Promoção e Proteção dos Investimentos. O acordo busca gerar condições favoráveis para os investimentos bilaterais assegurando o tratamento nacional justo e equitativo aos investidores e favorecendo o desenvolvimento de capacidades e o acesso aos recursos.

Os principais investimentos japoneses no Uruguai se concentram no setor automotivo, com destaque para uma planta de fabricação de *airbags* para abastecimento de uma montadora no Brasil, inaugurada em 2012.



# Panorama Regional e Global





## Oitava rodada de negociações Estados Unidos-União Europeia

Na primeira semana de fevereiro foi realizada em Bruxelas a oitava rodada de negociações do Acordo de Associação Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP). Segundo o [comunicado](#) da Comissão Europeia, foram discutidos os principais temas, com exceção de proteção de investimentos e solução de disputas entre investidores e Estados, uma das questões nas quais persistem mais divergências.

No que se refere a acesso a mercados, foram examinadas as prioridades e sensibilidades das ofertas de desoneração tarifária trocadas pelas duas partes, assim como a liberalização do comércio de serviços e a abertura dos mercados de contratação pública.

Como foi mencionado em edições anteriores da *Carta Mensal Intal*, o acordo que for assinado em matéria regulatória terá um impacto comercial muito significativo. Por um lado, dado que as tarifas são relativamente baixas entre os Estados Unidos e a União Europeia, espera-se que a harmonização ou o reconhecimento mútuo de normas reduzam as barreiras não tarifárias e, conseqüentemente, favoreçam os fluxos bilaterais. Por outro lado, afetará o restante do mundo, não só porque os exportadores deverão se adequar às novas regras para entrar nos mercados americano e europeu, mas também porque muito provavelmente estabelecerão as bases para futuras negociações regionais e multilaterais.

Na oitava rodada foram trocadas propostas sobre cooperação regulatória, barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias e avaliação de conformidade, com o objetivo de avançar na geração de consensos a partir do próximo encontro. Além disso, foram debatidas questões setoriais, em áreas sensíveis como produtos químicos, cosméticos, aparelhos médicos, carros, produtos farmacêuticos, engenharia, entre outras.

Espera-se que sejam realizadas outras duas rodadas de negociação e uma série de reuniões intermediárias sobre temas setoriais específicos antes de concluir o acordo.



#### Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. [“Como as negociações de mega-acordos influirão na América Latina?”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 204*, agosto de 2013.
- BID-INTAL. [“Segunda Rodada do Acordo Transatlântico sobre Comércio e Investimento”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 208*, dezembro de 2013.
- BID-INTAL. [“As negociações transatlânticas e o cenário futuro para a América Latina e o Caribe”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 209*, janeiro de 2014.
- BID-INTAL. [“Estados Unidos-União Europeia: quarta rodada de negociações”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 211*, março de 2014.
- BID-INTAL. [“Quinta rodada de negociações Estados Unidos-União Europeia”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 214*, junho de 2014.
- BID-INTAL. [“Avanços nas negociações transatlânticas”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 219*, novembro de 2014.
- BID-INTAL. [“UE publica rascunho do TTIP”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 221*, janeiro de 2014.

## 3ª Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos

Nos dias 28 e 29 de janeiro foi realizada em San José da Costa Rica a 3ª Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

As chefas e os chefes de Estado e de Governo e representantes dos 33 países-membros aprovaram a [Declaração Política de Belém](#), um [Plano de Ação](#) da Declaração de Belém e 27 declarações especiais.

A Declaração Política de Belém consta de sete apartados nos quais se estabelecem posicionamentos e compromissos sobre temas como: o desenvolvimento sustentável e a equidade, a agenda de desenvolvimento pós-2015, as mudanças climáticas e o aquecimento global; o fomento da paz, o fortalecimento dos vínculos extrarregionais e a cooperação intrarregional.

O Plano de Ação estabelece um plano operacional para cumprir a mencionada declaração em âmbitos como segurança alimentar, agricultura familiar, educação, cultura, trabalho, migração, drogas, segurança cidadã, corrupção, ciência e tecnologia, desenvolvimento produtivo, infraestrutura, meio ambiente, energia, entre outros.

No evento ocorreu a transferência da Presidência *Pro Tempore* para o presidente do Equador, Rafael Correa.

# 7ª rodada de negociações do Acordo de Associação Econômica Integral Regional

De 9 a 13 de fevereiro foi realizada em Bangkok, Tailândia, a [sétima rodada de negociação do Acordo de Associação Econômica Integral Regional](#) (RCEP, sigla em inglês).

Na ocasião, as negociações se concentraram em temas de comércio de bens e serviços, investimentos, cooperação econômica e técnica, propriedade intelectual, concorrência, e em questões institucionais e jurídicas. Além disso, foi realizada uma reunião de especialistas sobre comércio eletrônico, na qual se discutiu o alcance e a metodologia de negociação neste âmbito. A próxima rodada acontecerá em abril, e a expectativa é concluir as negociações no final de 2015. As negociações do RCEP foram lançadas no final de 2012 e começaram em maio de 2013, com o objetivo de unificar em um único acordo os tratados de livre comércio bilaterais que os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) têm com outros seis países da região (Austrália, Nova Zelândia, China, Japão, República da Coreia e Índia), e avançar sobre temas ainda não cobertos por esses acordos. Cabe lembrar que esse grupo de países representa aproximadamente 30% do PIB e do comércio mundial e cerca da metade da população. Além disso, o intercâmbio intrarregional é de grande relevância para o conjunto, já que explica 40% das suas exportações totais.

## Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. "[Cenários de negociação nas principais economias](#)", em: *Carta Mensal Intal Nº 201*, maio de 2013.
- BID-INTAL. "[Como a negociação dos mega-acordos influirão na América Latina?](#)", em: *Carta Mensal Intal Nº 204*, agosto de 2013.

## Reunião de ministros da Economia do G20

Nos dias 9 e 10 de fevereiro foi realizada em Istambul, Turquia, a reunião de ministros da Economia e Governadores de Bancos Centrais de países do [G20](#). A discussão se concentrou nas medidas necessárias para sustentar o crescimento econômico e a luta contra a sonegação tributária. O [comunicado](#) publicado ao fim da reunião destaca, entre outras questões, que o crescimento econômico global continua sendo baixo, principalmente em regiões avançadas, como a zona do euro e o Japão, e que o comércio global não conseguiu se recuperar depois da crise econômica. A esse respeito, o comunicado apoia a política de expansão monetária dos bancos centrais, especialmente na zona do euro, para dinamizar os investimentos e superar os riscos deflacionários presentes na economia mundial. Além disso, foram discutidas estratégias macroeconômicas e estruturais com o objetivo de aumentar os investimentos, fomentar o emprego e potencializar o comércio.

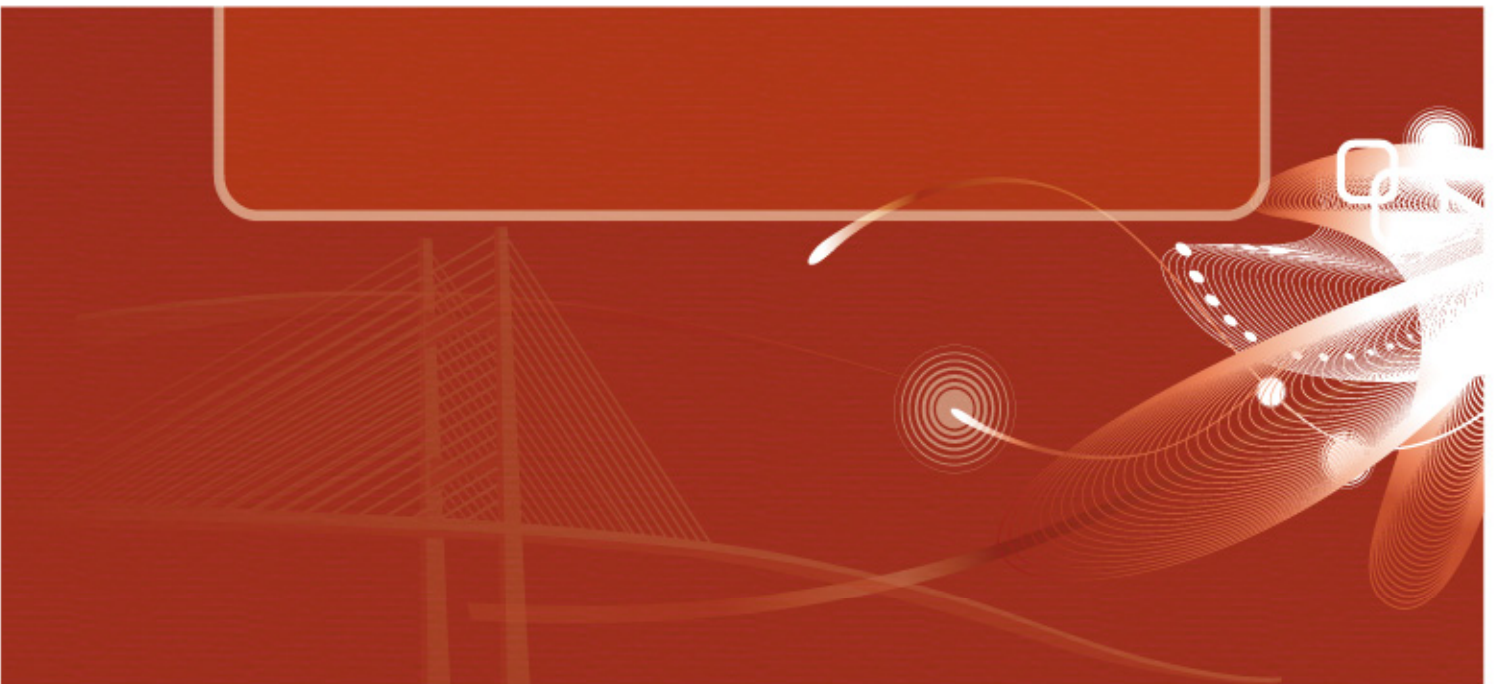
No encontro, o secretário-geral da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Ángel Gurría, apresentou o relatório “[Aposta no Crescimento](#)”. Nele são avaliados os avanços das reformas econômicas realizadas nos países da OCDE desde 2013 e são identificadas as prioridades para conseguir um crescimento maior e mais inclusivo, entre as quais se destacam a liberalização do comércio e a melhoria das regulações dos mercados de trabalho.

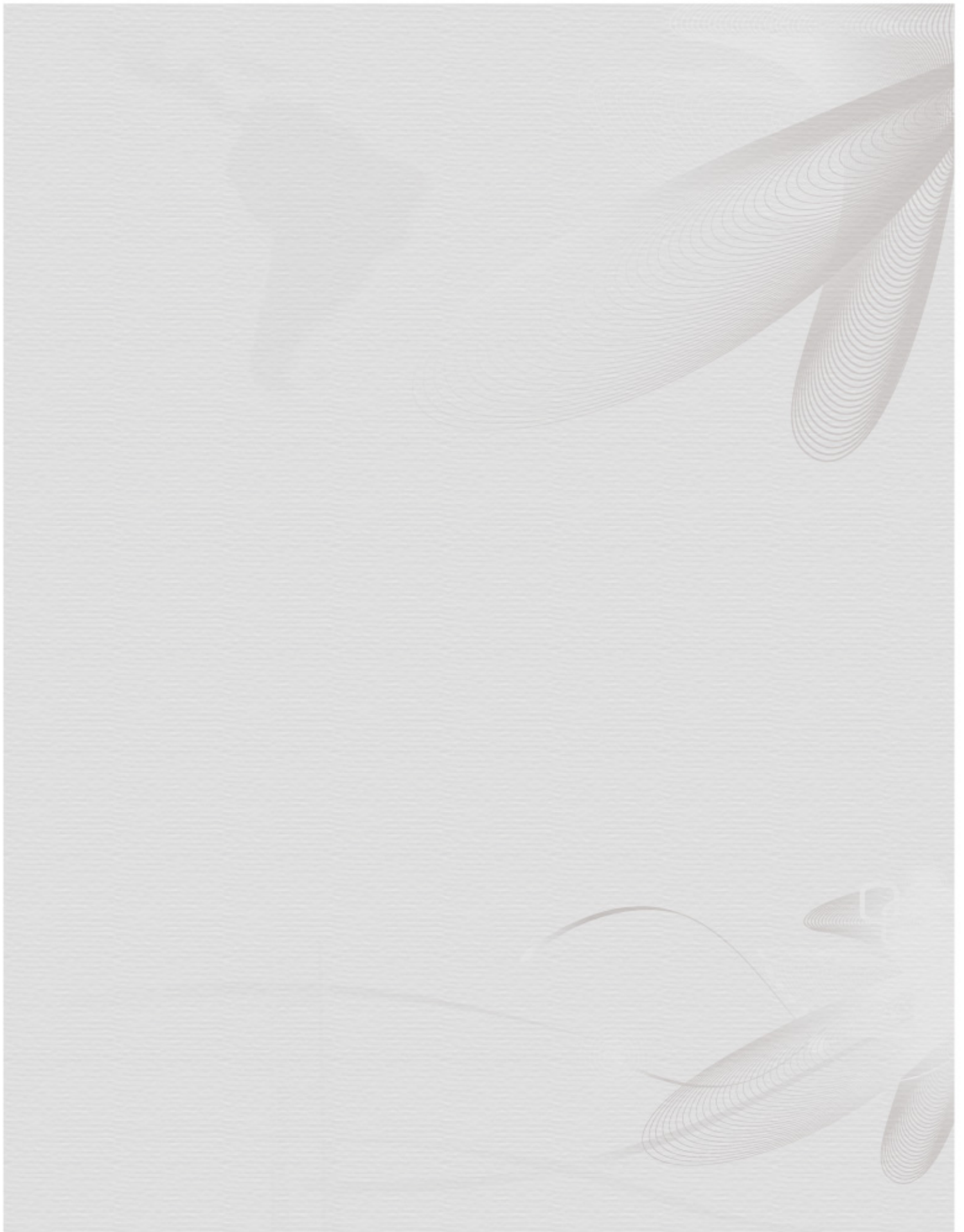






# Avaliação de impacto





# Avaliação de impacto de políticas de apoio a PMEs no Chile e no México

O objetivo deste texto é comentar dois trabalhos sobre avaliação de impacto de políticas de promoção de pequenas e médias empresas (PMEs) no Chile e no México. Para contar com uma visão geral sobre avaliação de impacto, pode-se consultar a matéria publicada na [Carta Mensal INTAL Nº 216](#), que explica o objetivo e as metodologias utilizadas.

O trabalho de Tan (2009) avalia os programas de apoio às PMEs no Chile, usando dados de painel em nível de empresa para o período 1992-2006. Considera dois grupos de empresas, divididas entre as que participaram (grupo de tratamento) ou não (grupo de controle) dos programas. São estudadas especificamente as políticas implementadas pela agência pública Corporação de Fomento da Produção (Corfo), destinadas a estimular a inovação, a transferência de tecnologia, a associação entre empresas, o desenvolvimento de fornecedores e o financiamento, entre outros elementos. Foi estudada uma amostra de 603 empresas, das quais 207 participaram de pelo menos um programa. Usando o método de diferenças em diferenças (para ver a mudança ao longo do tempo do grupo de tratamento com relação ao grupo de controle) combinado com *propensity score matching* (para avaliar as características antes do tratamento), o trabalho encontra evidências de que a participação nos programas tem efeitos positivos significativos sobre as vendas, a produtividade, os salários e as exportações. Quanto ao efeito temporal, a pesquisa conclui que os efeitos são evidentes depois de alguns anos de implementação dos programas, e não imediatamente.

O trabalho de López Acevedo e Tinajero (2010) avalia os programas de fomento de PMEs no México usando dados de painel para o período 1994-2005.

São analisados programas de diversas agências e ministérios, para o fomento à integração produtiva, de financiamento, setoriais e de inovação, entre outros. A amostra inclui aproximadamente 2.600 empresas, das quais 1.600 participaram de pelo menos um programa. Da mesma maneira que em Tan (2009), foi utilizado um método de diferenças em diferenças com *propensity score matching*. As autoras afirmam que a participação em alguns programas tem efeitos positivos significativos sobre valor agregado, produção, salários, emprego e exportações das empresas. Quanto ao efeito temporal, também concluem que os efeitos não são imediatos, mas sim que demoram alguns anos até aparecer depois das intervenções.

Os trabalhos apresentam resultados dos programas para PMEs no Chile e no México, utilizando bancos de dados extensos sobre empresas e levando em conta pesquisas anteriores. No nível regional, contribuem mostrando, por um lado, a efetividade dos programas, muitas vezes questionados pela falta de mecanismos de avaliação sistemáticos. Por outro lado, destacam a evidência da necessidade de que as intervenções tenham períodos de maturação prolongada. Nesse sentido, constituem uma fonte de consulta para os responsáveis pela elaboração de políticas públicas orientadas a PMEs, especialmente aquelas que fomentam sua internacionalização.



## Bibliografia

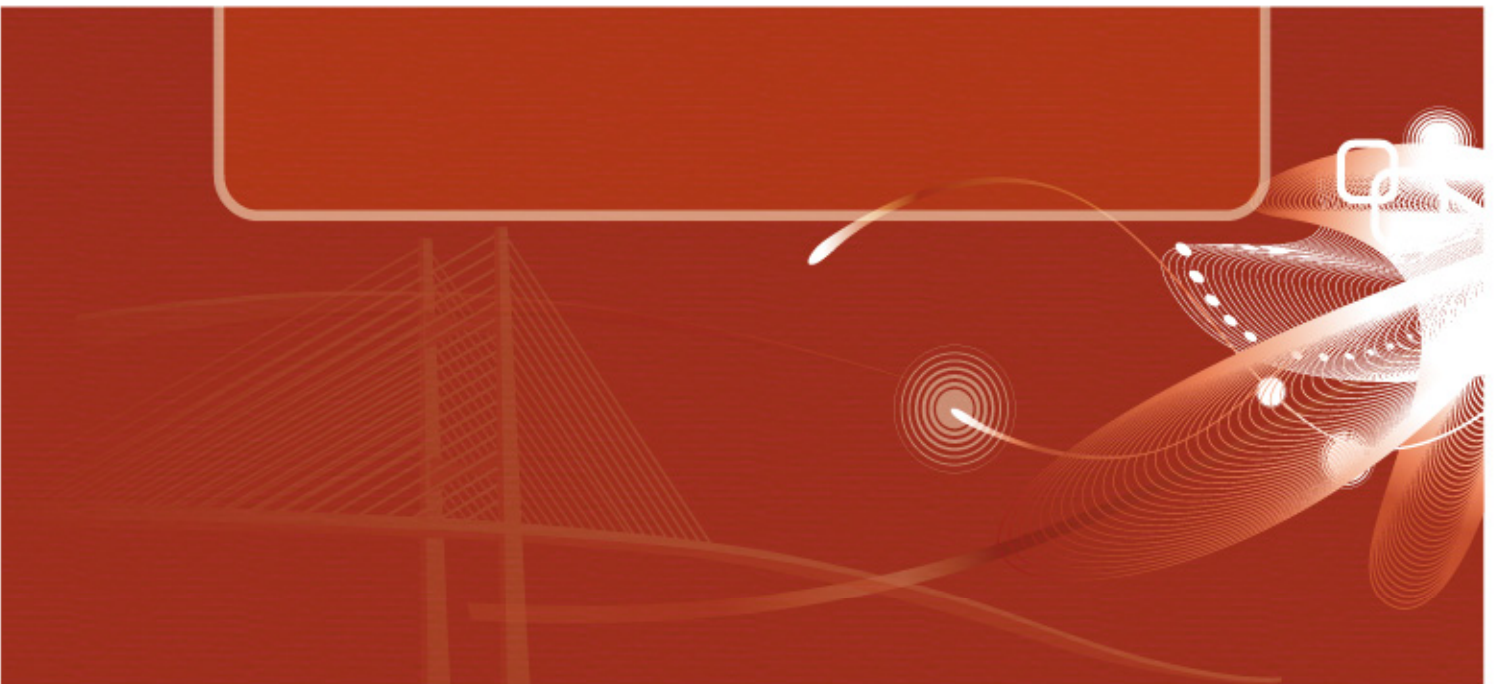
LOPEZ ACEVEDO, G.; TINAJERO, M. “[Mexico. Impact evaluation of SME Programs using painel firm data](#)”. The World Bank. *Policy Research Paper 5186*, 2010.

TAN, H. “[Evaluating SME support programs in Chile using panel firm data](#)”. The World Bank. *Policy Research Paper 5082*, 2009.

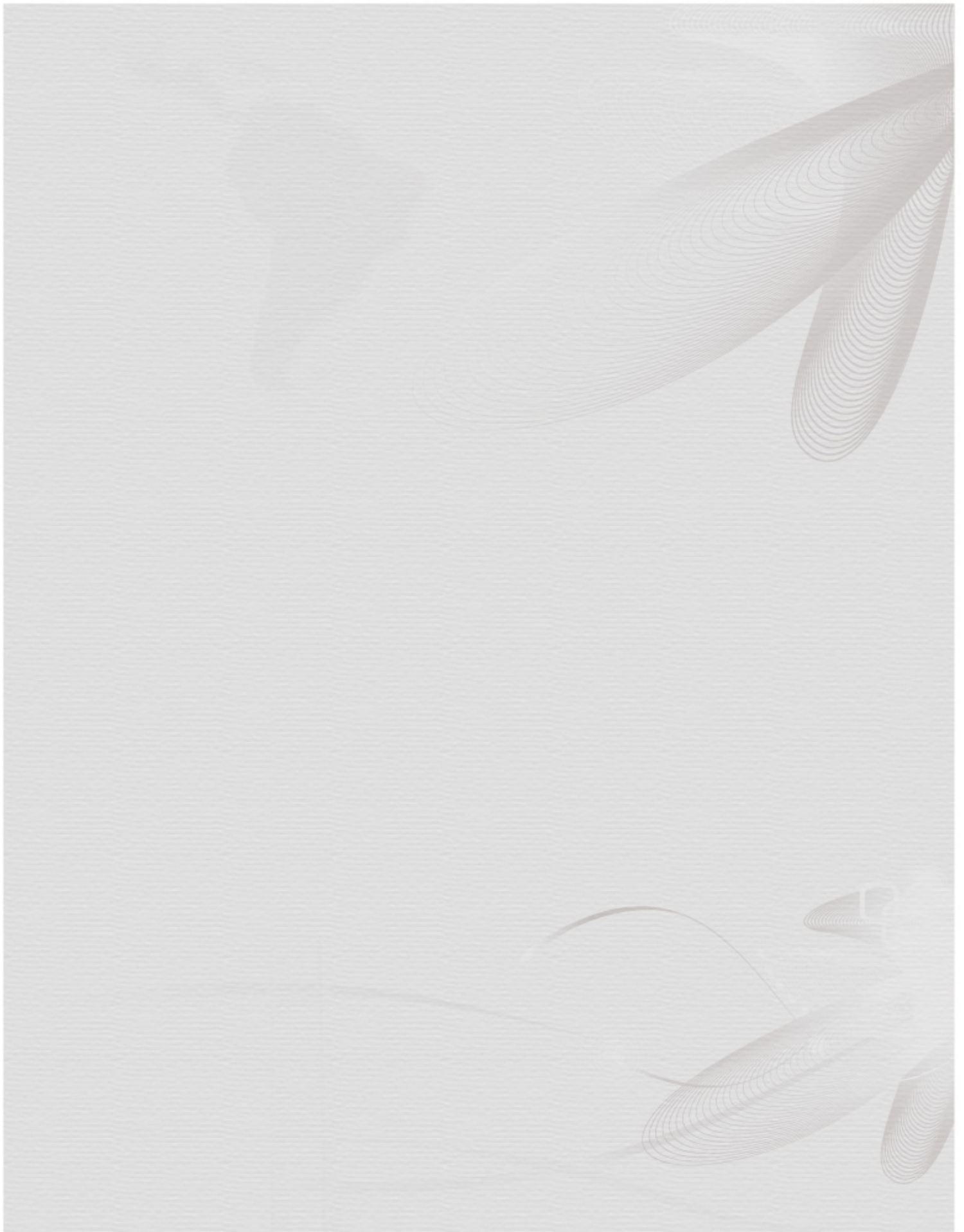




# Setor de Integração e Comércio







# Observatório Instrumentos Jurídicos de Integração (IJI)

## Tendência do mês

No período correspondente ao mês de janeiro de 2015, o panorama de política comercial regional se caracterizou pelo dinamismo nas principais negociações avançadas e na atividade dos acordos vigentes. Destacam-se:

- A realização da Cúpula da Celac
- A 8ª Rodada de negociações do TTIP
- O aprofundamento de acordos comerciais regionais existentes
- O início do diálogo Chile-República Dominicana para negociar um acordo comercial.

## Panorama 360º

No mês concretizou-se o acordo “Aprueban TLC entre o Panamá e Trinidad e Tobago” e foi anunciada uma nova negociação, publicou-se o “Pacote de Enceramento da Negociação Comercial Equador-União Europeia” e houve avanços em 11 acordos vigentes e oito negociações comerciais (1 nova, 5 avançadas e 2 concluídas).

### *Panamá-Trinidad e Tobago*

- No dia 22 de janeiro foi ratificado o [acordo comercial entre o Panamá e Trinidad e Tobago](#) com o objetivo de ampliar e consolidar o acesso dos produtos agrícolas e industriais panamenhos ao Caribe.

### *Novas negociações*

- [Chile e República Dominicana iniciaram diálogo para negociar um acordo comercial.](#)

### *Negociações avançadas*


- [8ª Rodada de negociações do TTIP](#): Começou no dia 2 de fevereiro deste ano.
- Grupos técnicos de Aliança do Pacífico encerraram com sucesso sua [19ª reunião](#). Bogotá, 23 de janeiro de 2015. Na jornada trabalhou-se sobre os compromissos e projetos assumidos neste mecanismo de integração profunda.
- 3ª Cúpula de Chefes e Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). 28 e 29 de janeiro, [Declaração política de Belém](#).
- Colômbia e Japão: [No acordo comercial, também ganharão setores da indústria](#).
- Peru – Turquia
- [2ª Rodada de Negociações para o acordo Peru-Turquia](#) teve um balanço positivo.

### *Negociações concluídas*

- Colômbia-Coreia do Sul: [Na assinatura do TLC com a Coreia não houve nenhum acordo com a indústria](#).
- Equador-União Europeia: Foi publicado o [Pacote de Encerramento de Negociações](#).

### *Acordos comerciais*

- Chile-Austrália: Foi realizado em Santiago um significativo [encontro de cerca de 200 líderes do mundo empresarial, acadêmico e de governo da Austrália e do Chile](#).
- [Chile e Japão iniciam aprofundamento do acordo bilateral](#) com o objetivo de materializar o compromisso assumido pelos dois países em setembro de 2014 de aprofundar a cobertura de bens do AAEE.
- [Chile e Colômbia avaliaram relação bilateral na 5ª Comissão de Livre Comércio](#): Acesso a mercados, aspectos regulatórios, compras públicas, investimentos e ambientais foram parte dos temas abordados.
- Comunidade Andina: [Esclarecimento sobre a solicitação da República do Equador a respeito da salvaguarda cambial](#)
- RD-CAFTA: [Disputa Costa Rica vs. El Salvador - Tratamento Tarifário a Bens Originários da Costa Rica](#).
- Unasul (Cosiplan, IIRSA): [5ª Reunião Ordinária de Ministros do Cosiplan](#).
- Associação de Estados do Caribe: [17ª Reunião Preparatória Intersessional do Conselho de Ministros](#)
- Sistema Econômico Latino-Americano: [Zonas francas devem concluir adequação ao âmbito das disposições da OMC até dezembro de 2015](#).
- Sela apoia [pesquisa regional sobre Facilitação do Comércio e Comércio Transfronteiriço sem Papéis](#)
- [Unasul apresentará iniciativas sobre o problema mundial de drogas na Região](#).
- [Declaração do Secretário Geral de Unasul](#), ex-presidente Ernesto Samper Pizano, sobre as relações entre a Venezuela e a Colômbia



O IJI é uma compilação de textos normativos, comentários e acompanhamento dos compromissos jurídicos e novidades de índole analítica dos diversos processos de integração da América Latina e do Caribe. Para saber mais sobre os avanços e novidades de acordos e negociações comerciais acesse o [III](#).



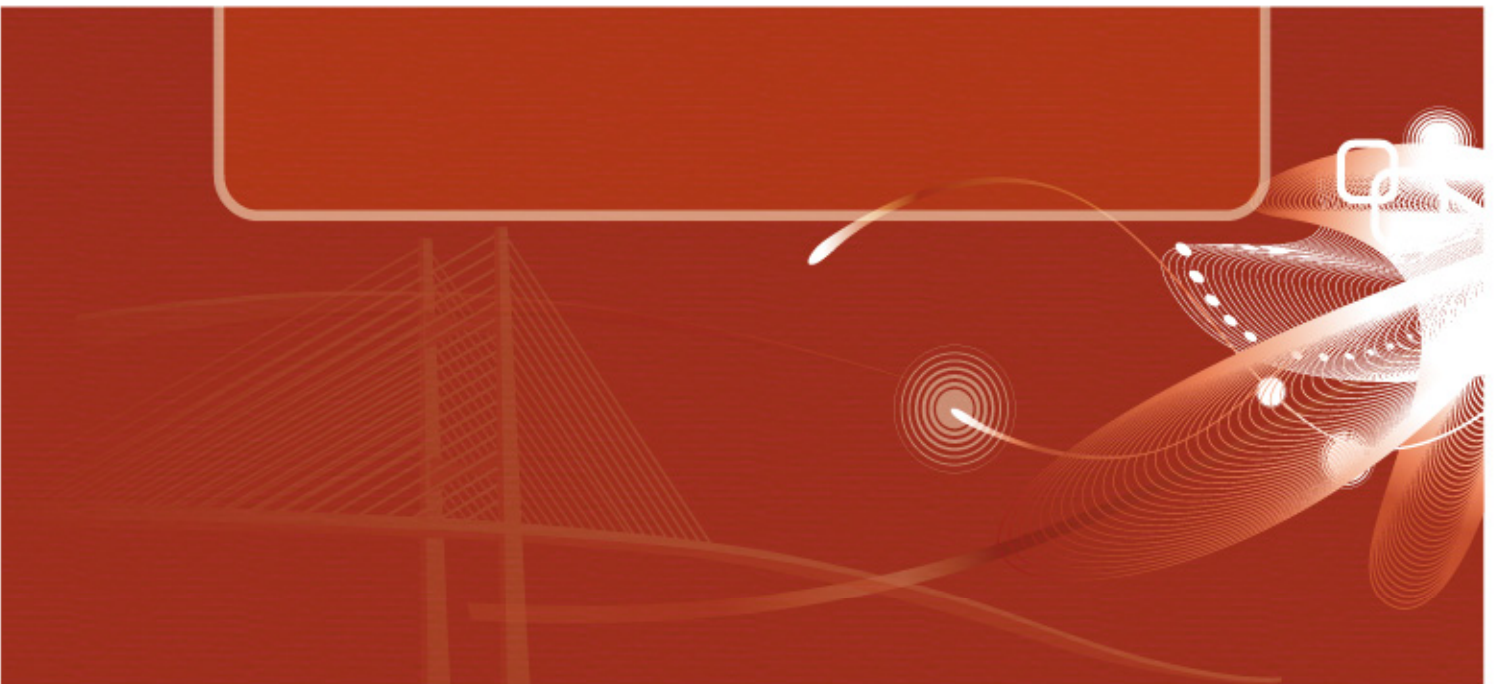
## Chamada de propostas 2015 para promoção de Bens Públicos Regionais na América Latina e no Caribe

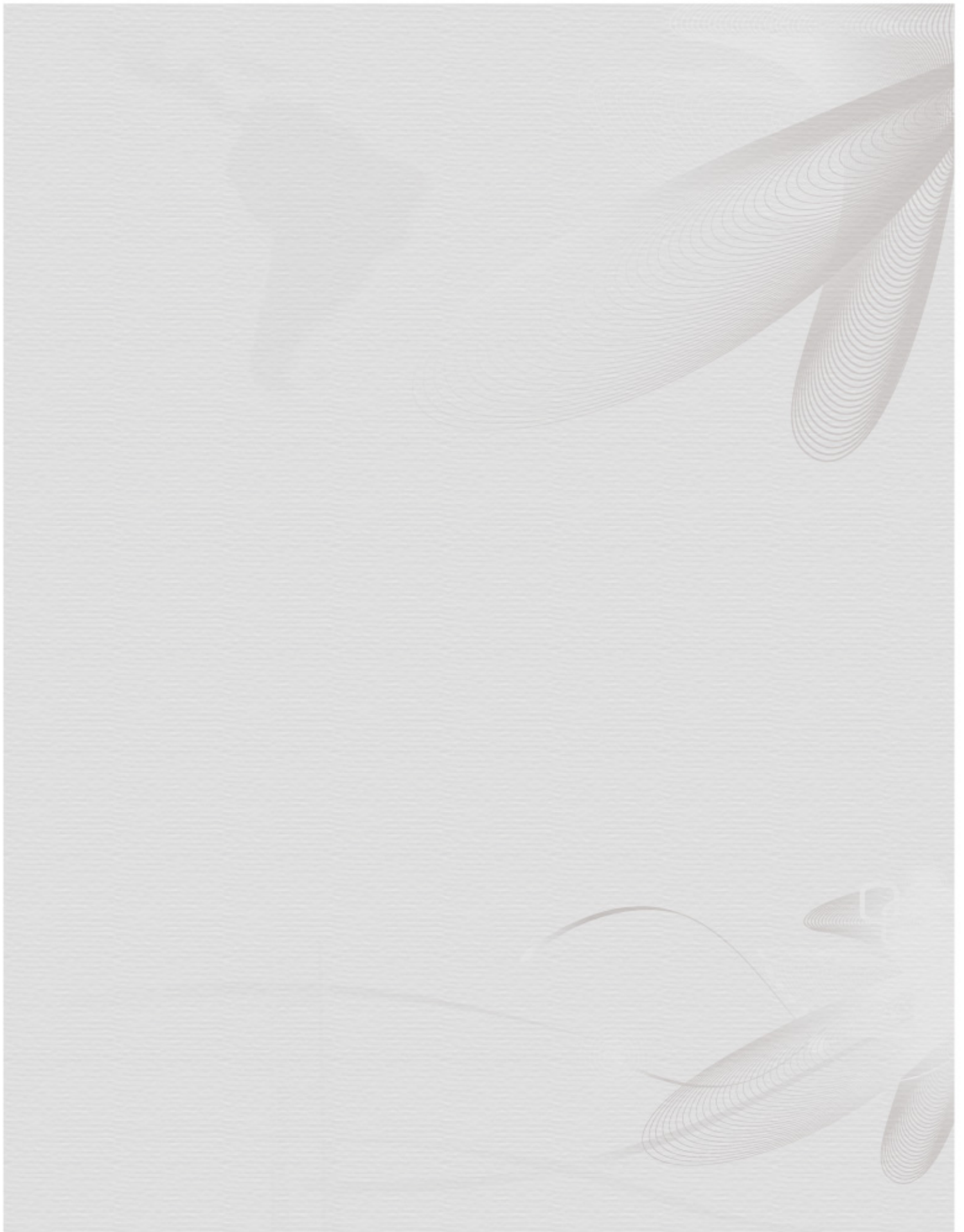
O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) lançou a Chamada para apresentação de propostas 2015 da Iniciativa para a Promoção de Bens Públicos Regionais na América Latina e no Caribe (ALC), que apoia projetos destinados a enfrentar os desafios compartilhados e aproveitar as oportunidades para o desenvolvimento por meio da cooperação regional. ([Link](#))





# Outras Atividades do BID








## Banco Interamericano de Desenvolvimento fará Reunião Anual em Busan, República da Coreia

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) fará sua Reunião Anual em Busan, República da Coreia, em 26-29 de março, para que autoridades na área de finanças e líderes empresariais de seus 48 países membros discutam o cenário econômico e os desafios para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe, além de oferecer oportunidades de investimento e trocas de melhores práticas entre a região e a Ásia. ([Link](#))



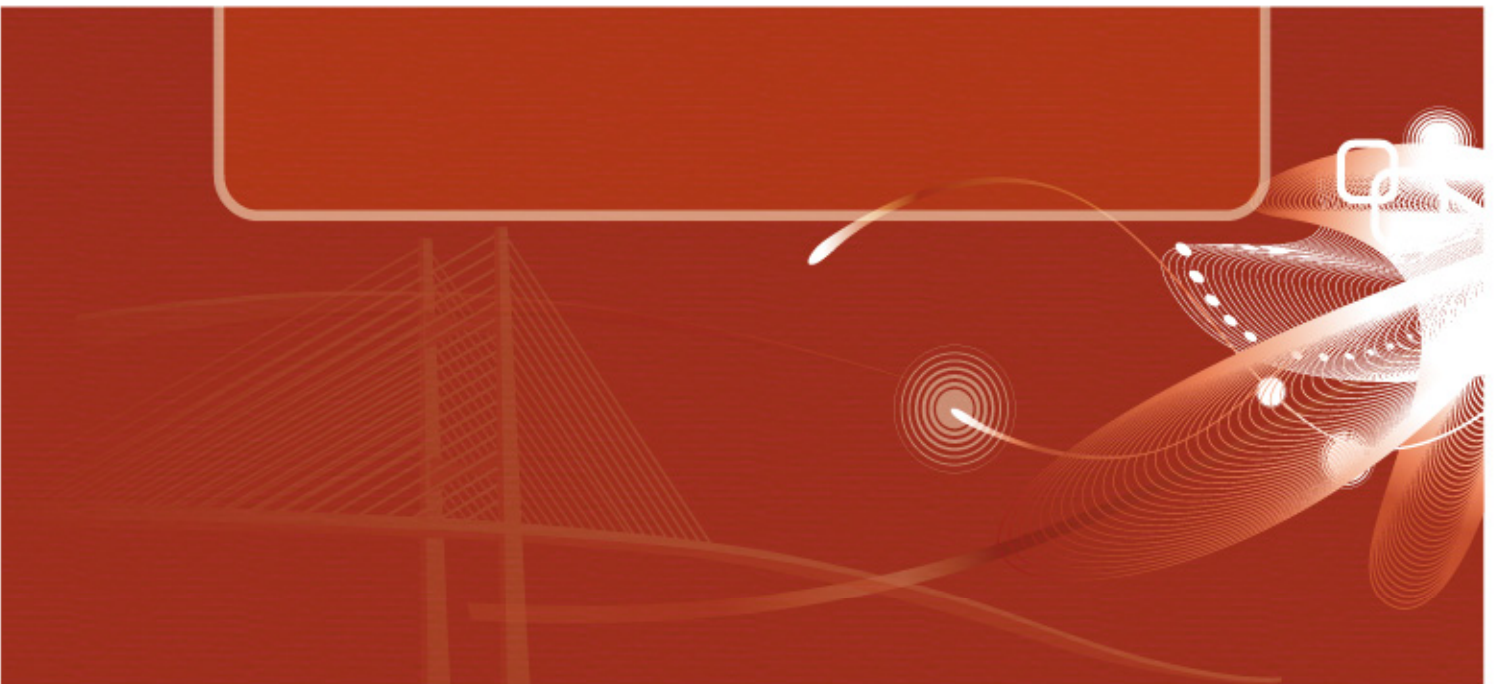
## El BID adopta licencias de Creative Commons que facilitarán diseminar su conocimiento (só espanhol e inglês)

El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) anunció hoy que ha adoptado ciertas licencias de Creative Commons que permitirán al público copiar, compartir, redistribuir y publicar el contenido de algunas publicaciones del Banco. Con estas licencias el Banco busca poder diseminar su contenido más rápida y libremente, beneficiando a individuos, gobiernos, organizaciones y otros interesados en el uso no comercial de sus productos de conocimiento. ([Link](#))

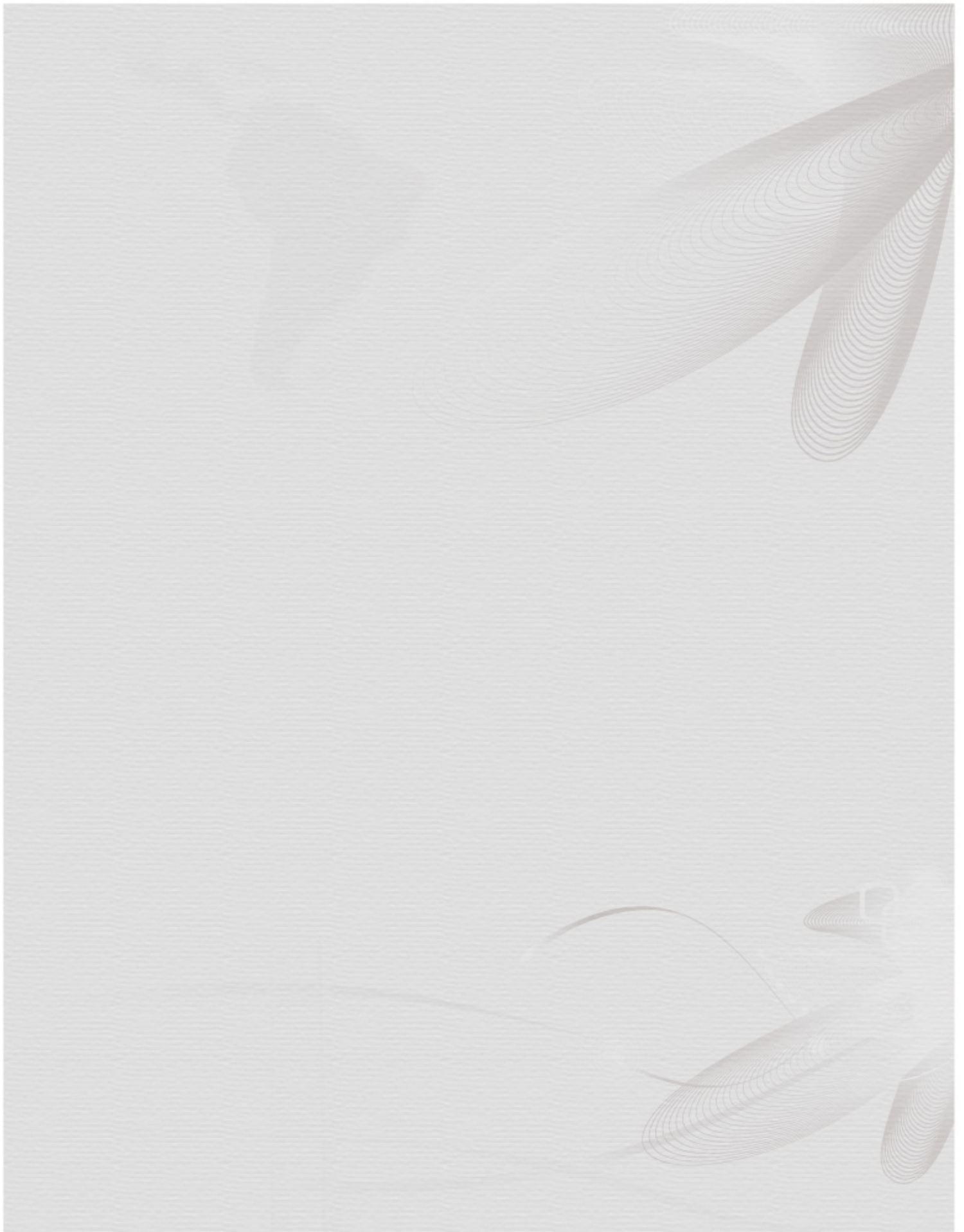




# Centro de Documentação INTAL










## Resenhas Bibliográficas

### Primeiro Fórum da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) com a China: Explorando espaços de cooperação em comércio e investimento. Santiago do Chile: Cepal, janeiro de 2015.

Esta publicação foi preparada pela Cepal a propósito do primeiro fórum Celac-China realizado em janeiro de 2015 em Beijing.

A **primeira seção** descreve o contexto internacional atual e seu impacto sobre a América Latina e o Caribe (ALC). Ressalta um crescimento global menor do que o anterior à crise de 2008-2009, com a economia norte-americana entre as mais dinâmicas dos países desenvolvidos, em oposição à Zona do Euro e ao Japão. Mostra que o desempenho do comércio mundial em geral e das exportações da ALC em especial depende em grande parte da evolução da Zona do Euro, devido ao seu peso no PIB mundial e ao seu padrão de crescimento intensivo em importações. Destaca que o fortalecimento do dólar a partir da normalização da política monetária norte-americana põe fim ao ciclo de preços altos dos produtos básicos (com grande participação na pauta exportadora da região) evidenciado em geral entre 2003 e 2011. O documento assinala também que os países em desenvolvimento se desaceleraram, especialmente a China desde 2012, devido a um menor dinamismo das exportações e dos investimentos. Em especial, vincula a brusca desaceleração da ALC desde 2012 ao impacto negativo do contexto internacional, que continuaria durante 2015. Saliencia a desaceleração das maiores economias da América do Sul e a redução das suas exportações em 2014, em contraste com o maior crescimento do PIB e das vendas externas do México e da América Central. Além disso, mostra que a elasticidade comércio-PIB em termos globais diminuiu desde 2011, ou seja, o intercâmbio mundial se desacelera mais do que o PIB. O estancamento das exportações da ALC se explica pela queda do dinamismo e da demanda dos principais parceiros comerciais da região – União Europeia e China – e pela redução do comércio intrarregional. Outra característica do contexto internacional destacada é a incerteza sobre o futuro das negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), em oposição ao surgimento das iniciativas de integração profunda, como os mega-acordos,[1] que poderiam modificar a governança dos fluxos mundiais de comércio nos próximos anos.



A **segunda seção** descreve as relações comerciais e de investimentos entre a China e a ALC. Destaca que o país asiático deixou de ser um parceiro comercial menor para ser um dos principais para a região: entre 2000 e 2013 a participação da China nas exportações regionais passou de 1% para 10%, enquanto seu peso nas importações aumentou de 2% para 16% no mesmo período. Entre os desafios para a região destaca-se que: (i) o saldo comercial é deficitário para todos os países, com exceção do Brasil, Chile e Venezuela; (ii) o comércio com a China é interindustrial: a ALC exporta matérias-primas e importa manufaturas; e (iii) os envios latino-americanos para o mercado chinês se concentram em poucos produtos.

A publicação assinala ainda que os investimentos estrangeiros diretos (IED) chinês na região aumentaram consideravelmente desde 2010, embora os fluxos continuem limitados. De qualquer modo, adverte-se que os dados oficiais não captam a totalidade dos fluxos, já que a China canaliza seus investimentos por meio de outros países, como paraísos fiscais. O IED da China na região se concentra principalmente em recursos naturais, como extração de petróleo e gás e mineração. Vinculado ao padrão de crescimento da China, o trabalho afirma que entre as características que as autoridades buscam modificar se encontra o sacrifício do consumo em favor dos investimentos, a ênfase colocada nas manufaturas em comparação com os serviços, a ineficiência energética, a deterioração do meio ambiente e a concentração da renda. Ou seja, por meio de reformas econômicas, a China busca conseguir um reequilíbrio do seu modelo de crescimento, com maior peso do consumo e menor das exportações e dos investimentos. A Cepal sustenta que isso abre um espaço para a diversificação de exportações regionais para a China, desde produtos de qualidade até serviços especializados.

A **terceira seção** conclui que a região precisa dar um salto de qualidade na relação com a China. Para a ALC, o desafio é que o vínculo com o país asiático reforce a incorporação de inovação e conhecimento. Neste sentido, frisa a necessidade de que a região tenha uma maior aproximação estratégica da China e da Ásia em geral que supere as limitações próprias dos esforços nacionais. Assim, destaca que o Fórum Celac-China constitui uma possibilidade para estabelecer um diálogo sobre cooperação futura com uma postura negociada e propostas precisas. O trabalho também destaca que a China reconhece a importância da região como parceira e especificou isto na proposta do marco de cooperação “1+3+6” para 2015-2019, apresentada na Cúpula de Líderes desse país e da região em julho de 2014 em Brasília. O “1” se refere a um único plano para toda a região, marcado pelo objetivo de um desenvolvimento inclusivo e sustentável. O “3” corresponde aos motores da cooperação regional: comércio, investimentos e cooperação financeira, com objetivos de alcançar metas quantitativas determinadas. O “6” diz respeito às áreas específicas que a China deseja priorizar: energia e recursos naturais, desenvolvimento de infraestrutura, agricultura, indústria, inovação científica e tecnológica, e tecnologias da informação. O documento é publicado em um momento em que ocorrem vários encontros de cooperação entre os países da região e a China. Aborda temas que devem ser incorporados nas políticas públicas nacionais e regionais da ALC para melhorar a qualidade dos vínculos com a China. Sabe-se que as relações econômicas com a China apresentam enormes desafios para a região que devem ser abordados, e esta publicação contribui para entendê-los, refletir e agir sobre eles.

*Primer Foro de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y China: Explorando espacios de cooperación en comercio e inversión. ([Link](#)).*

[1] Acordo de Associação Transpacífico (TPP, sigla em inglês), o Acordo de Parceria Transatlântica (TTIP), e a Associação Econômica Integral Regional (RCEP). Além disso, o trabalho destaca as negociações para criar uma Área de Livre Comércio Ásia-Pacífico, incluindo todos os membros do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec).



## Alerta Bibliográfico

Esta alerta difunde informação sobre os documentos registrados na base de dados do Centro de Documentação do INTAL (CDI), destacando algumas publicações, e proporcionando links a boletins e revistas de acesso aberto que constam no período citado. Clique [aqui](#).

## Bibliografias em destaque do mês

\* Bridging the skills and innovation gap to boost productivity in Latin America : The Competitiveness Lab: A World Economic Forum Initiative. (2015). Geneva: WEF.



**Título:**Bridging the skills and innovation gap to boost productivity in Latin America : The Competitiveness Lab: A World Economic Forum Initiative

**Edición:**Geneva: WEF, January 2015 [41 p.]

**Temas:**

<COMPETITIVIDAD><PRODUCTIVIDAD><REGIONALISMO><INVERSIONES><TECNOLOGIA><EMPRESAS><SECTOR PUBLICO><POLITICA REGIONAL><COOPERACION REGIONAL>

**Geográficos:**<AMERICA LATINA>

**Resumen:**Latin American leaders face a challenge and an opportunity to boost competitiveness by addressing the region's productivity lag. Supporting a transition towards higher productivity levels - which requires improving the functioning of its institutions; the quality of infrastructure; the allocation of production factors; and, crucially, strengthening the region's skills, technology and innovation base - will be key to the region's well-being and prosperity. This report analyses the current situation and challenges in Latin America's skills and innovation landscape and recommends ways to address these challenges. This effort is the first output of the Competitiveness Lab initiative, which will continue to focus on key competitiveness issues and challenges of global relevance and applicability in other regions and/or countries. The Competitiveness Lab seeks to achieve this by designing competitiveness strategies, defining policies in specific areas of competitiveness and facilitating public-private collaborations.



### **Nota de contenido:**

**Preface** [p. 3]

**Contributors** [p. 4]

**1: Executive summary** [p. 5]

**1.1: Context and objective** [p. 5]

**1.2: Structure of this report** [p. 5]

**1.3: Summary of the current state and root cause analysis** [p. 5]

**1.4: Summary of the recommendations** [p. 7]

**2: Recommendations to bridge Latin America's skills and innovation gap** [p. 8]

**2.1: Introduction** [p. 8]

**2.2: Strengthen framework conditions** [p. 9]

**2.3: Enhance the efficiency of investment** [p. 9]

**2.4: Increase the level of investment** [p. 10]

**2.5: Build stronger public-private collaborations** [p. 10]

**2.6: Foster intra-regional cooperation** [p. 11]

**2.7: Employ a flexible implementation approach** [p. 12]

**2.8: Conclusion** [p. 12]

**3: Annex: Current state and root cause analysis of Latin America's skills and innovation gap** [p. 13]

**3.1: Background and context** [p. 13]

**3.2: Current state of Latin America's skills and innovation challenges** [p. 16]

**3.3: Root causes of skills and innovation gaps in Latin America** [p. 24]

**3.4: Overcoming the skills and innovation gaps: Examples** [p. 29]

**3.5: Conclusion** [p. 37]

**3.6: Appendix** [p. 38]

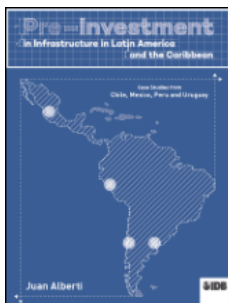
### **Accesos al documento:**

**339.13 / WEF-BRI / 2015**

Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

\* Alberti, J. (2015). Pre-investment in infrastructure in Latin America and the Caribbean : Case studies from Chile, Mexico, Peru, and Uruguay. Washington: BID.



**Autor:** Alberti, Juan

**Título:** Pre-investment in infrastructure in Latin America and the Caribbean : Case studies from Chile, Mexico, Peru, and Uruguay


**Edición:** Washington: BID, January 2015 [73 p.]

**Temas:** <INVERSIONES><INFRAESTRUCTURA><PROYECTOS DE INFRAESTRUCTURA><SECTOR PUBLICO><EMPRESAS><ESTUDIOS DE CASOS>

**JEL:** H1; H4; H5

**Geográficos:** <CHILE><MEXICO><PERU><URUGUAY><AMERICA LATINA><CARIBE>

**Resumen:** There is evidence that suggests that an "infrastructure gap" vis-à-vis other industrial and developing regions opened up in Latin America and the Caribbean (LAC) over the past two decades. In this context, the Inter-American Development Bank (IDB) conducted a public consultation process in 2013 during which several participating stakeholders from the public and private sectors analyzed the current situation. They indicated a particular need to improve the pre-investment phase of the infrastructure project cycle in LAC. Therefore, this report studies why the region is having a problem with the pre-investment phase and what the consequences are. It uses a multiple-case-study design to confirm that the countries' institutional strategy for pre-investment is failing because: it has not been adapted to address new problems; the strategy does not always consider political acceptability issues; there are undesired interactions between the different institutions participating in the process; and there is a lack of sufficient resources to implement the strategy correctly. In order to analyze the consequences of the current strategy, this paper develops a benchmark using previous findings and other smart practices. LAC institutionalism and this benchmark are then used as two possible alternatives to draw a policy analysis. Outcomes are estimated for the two alternatives in terms of transactional hazards, using the new transaction cost regulation body of knowledge, and the alternatives are compared in terms of cost-effectiveness, considering that these hazards are responsible for potential cost overruns and delays. The analysis concludes that a flawed pre-investment process in LAC is probably contributing to cost overruns and delays. Specific institutional recommendations are put forth to mitigate these consequences, including institutionalizing stakeholders' participation when generating a vision and



goals for future infrastructure investments; increasing governmental capacity, particularly in terms of human resources, to develop specific types of pre-investment studies; and institutionalizing the participation of self-described "interested parties" when a project is first accepted, and before project implementation starts. The paper concludes that there is room for feasible policy improvements in the pre-investment phase in LAC that would enhance infrastructure delivery, boost growth, and promote development in the region.

**Accesos al documento:**

**624.1 / ALB-PRE / 2015**

Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

\* Ramstein, C. y Ribera, T. (2014). The LAC region in the face of climate change: perspectives on national policy and international cooperation. París: IDDRI.



**Autor:**Ramstein, Céline; Ribera, Teresa

**Título:**The LAC region in the face of climate change: perspectives on national policy and international cooperation

**Edición:**París: IDDRI, november 2014 [14 p.]

**Serie:**Working Papers; 16/14

**Temas:**<POLITICA AMBIENTAL><POLITICA REGIONAL><COOPERACION INTERNACIONAL><CAMBIO CLIMATICO><PROTECCION AMBIENTAL>

**Geográficos:**<AMERICA LATINA><CARIBE>

**Resumen:**The LAC region is at a crossroads: while its emissions are still relatively low compared to global emissions, they are changing quickly. The region will face tremendous impacts from climate change, while adaptation and mitigation policies could present many opportunities for strengthening regional integration. This collection has been prepared by think tanks in countries that belong to many different negotiating groups within the UNFCCC, as well as economic alliances, and therefore can play a key role to advance new ideas and find "bridges" between different positions.

**Nota de contenido:**

1: Situation of LAC regarding climate change issues [p. 6]

1.1: Climate change in Latin America and the Caribbean [p. 6]

1.2: LAC and the climate change negotiations [p. 7]

2: Key conclusions from the papers [p. 8]

2.1: Reconciling development and decarbonization (Libélula) [p. 8]

2.2: Enhancing the adaptation framework in the 2015 climate agreement (IDDRI) [p. 9]

2.3: The importance of agriculture, forestry and other land-use in the 2015 climate agreement (CATIE - Tropical Agricultural Research and Higher Education Center) [p. 9]

2.4: Financing low-carbon and climate resilient development (Fundación Torcuato Di Tella) and engaging the productive sector in the climate change negotiations (Fundação Getulio Vargas) [p. 10]

**Accesos al documento:**

HM IDDRI-WP 16/14 [2014]

Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)



**\* Panorama económico y social de la comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños, 2014. (2015). Santiago de Chile: CEPAL.**



**Título:** Panorama económico y social de la comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños, 2014 = Economic and social panorama of the Community of Latin American and Caribbean States, 2014

**Edición:** Santiago de Chile: CEPAL, enero de 2015 [54 p.]

**Temas:** <COYUNTURA ECONOMICA><CONDICIONES SOCIALES><MERCADO DE TRABAJO><POLITICA FISCAL><COMERCIO INTERNACIONAL><CADENAS DE VALOR><POBREZA><INTEGRACION PRODUCTIVA><DISTRIBUCION DEL INGRESO><DEMOGRAFIA><DESARROLLO URBANO><GENERO><MUJERES><INVERSION EXTRANJERA DIRECTA, IED><COMUNIDAD DE ESTADOS LATINOAMERICANOS Y CARIBEÑOS, CELAC>

**Geográficos:** <AMERICA LATINA><CARIBE>

**Resumen:** Este "Panorama Económico y Social de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños" es una contribución de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) a la tercera Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), que se realizará en San José en enero de 2015 ... En esta oportunidad, el documento se divide en seis secciones donde se presenta sintéticamente la situación de América Latina y el Caribe en temas económicos, sociales y de población, así como de inversión extranjera, comercio e igualdad de género.

**Nota de contenido:**

**I:** Panorama económico [p. 9]

**A:** Crecimiento [p. 11]

**B:** Empleo [p. 13]

**C:** Términos de intercambio [p. 15]

**D:** Política fiscal [p. 17]

**II:** Inversión extranjera directa [p. 19]

**A:** Tendencia de la inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe [p. 21]

**B:** Las empresas transnacionales latinoamericanas y caribeñas: estrategias y resultados [p. 23]

**C:** Efectos de la inversión extranjera directa sobre el empleo en América Latina y el Caribe [p. 24]

**III:** Inserción internacional [p. 25]

**A:** Comercio [p. 27]



- B: Cadenas de valor [p. 28]
- C: Integración productiva [p. 28]
- IV: Panorama social [p. 31]
  - A: Pobreza (por ingresos) [p. 33]
  - B: Distribución del ingreso [p. 35]
  - C: La segregación residencial y la reproducción de las desigualdades [p. 36]
  - D: Gasto social en América Latina [p. 37]
- V: Población [p. 39]
  - A: Urbanización y transición demográfica [p. 41]
  - B: Diversidad de la urbanización en América Latina [p. 43]
- VI: Igualdad de género [p. 45]
  - A: Autonomía económica [p. 47]
  - B: Autonomía en la toma de decisiones [p. 48]
  - C: Autonomía física [p. 49]
  - D: Violencia contra las mujeres [p. 50]

**Accesos al documento:**

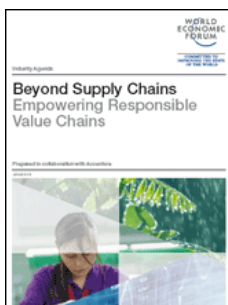
**338 / CEPAL-PAN / 2015**

Documento Electrónico

[Versión en español](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

[English version](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

\* **Beyond supply chains : Empowering responsible value chains. (2015). Washington: WEF.**



**Título:**Beyond supply chains : Empowering responsible value chains

**Edición:**Washington: WEF, 2015 [32 p.]

**Temas:**<CADENAS DE VALOR><COMERCIO INTERNACIONAL><INVERSIONES><SECTOR PRIVADO>

**Resumen:**Over the past few years there has been mounting pressure on global supply chain directors not only to increase supply chain performance for commercial gain but also to ensure that their supply chains are having a positive social impact, which the World Economic Forum define as their impact on the environment and their ability to improve local economic activity. Major catastrophes such as the Rana Plaza factory collapse in Bangladesh in 2013, and evidence of child labour and unsafe working conditions in the extended supply chains of multinationals, have put significant pressure on chief supply chain officers to adopt responsible supply chain behaviors. The "Beyond Supply Chains" report, created in collaboration with Accenture, has identified a set of companies that are implementing world-class supply chain practices that are best in class from a commercial perspective, while also improving environmental impact and local economic conditions - building "ethical supply chains". We call this the "triple supply chain advantage". Beyond Supply Chains identifies a set of 31 proven supply chain practices. The report shows that companies applying these practices can increase revenue by up to 20 per cent for responsible products, reduce supply chain costs from 9-16 per cent and increase brand value by 15-30 per cent. Adopting the triple advantage can also shrink carbon footprint by up to 22 per cent while enabling companies to contribute to local development.

**Accesos al documento:**

**338.2 / WEF-BEY / 2015**

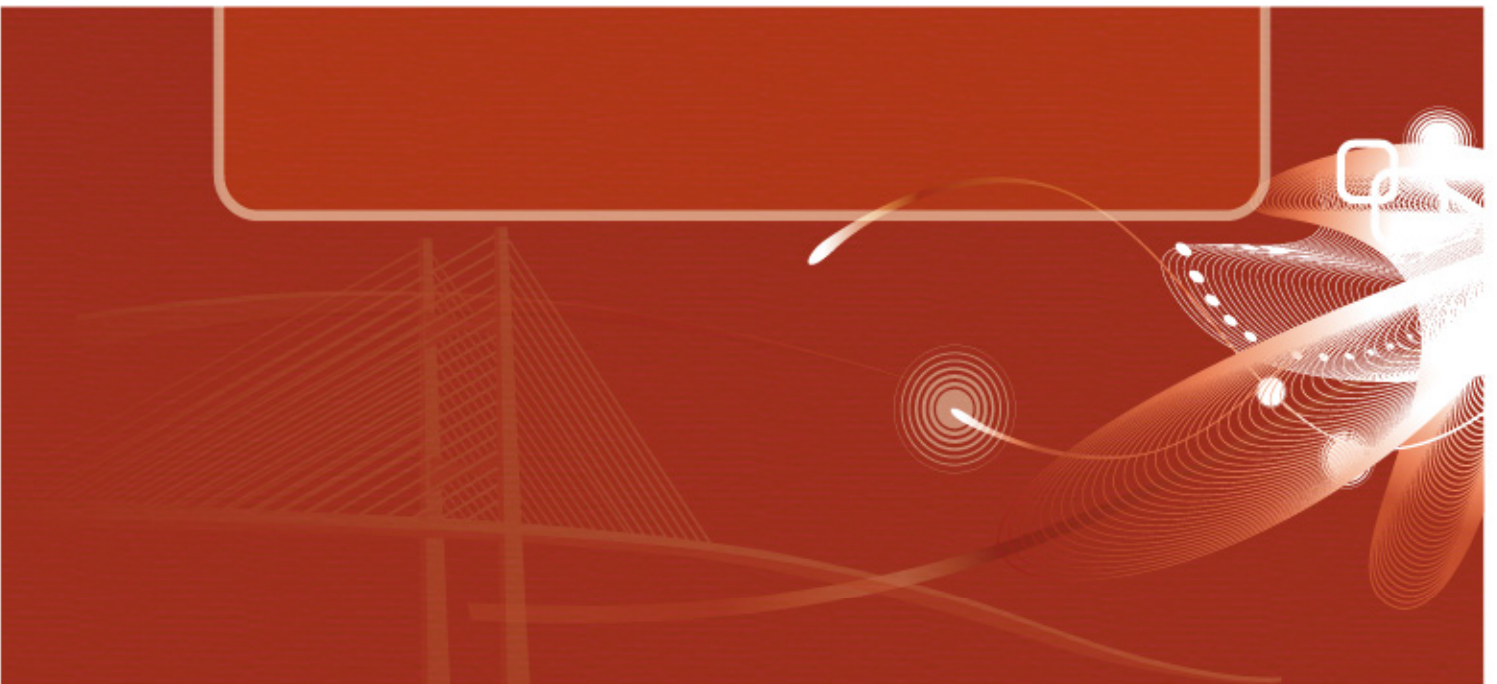
Documento Electrónico

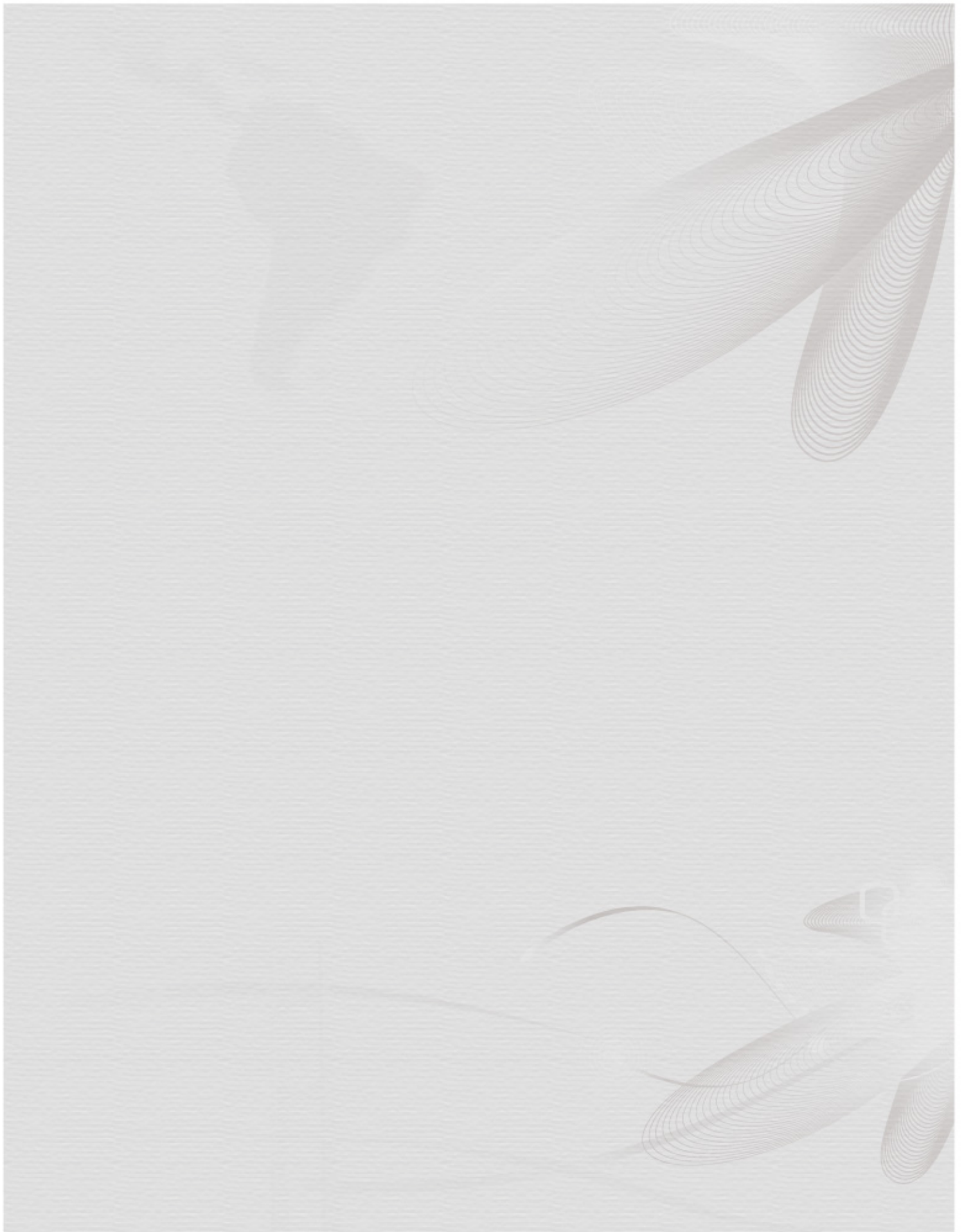
[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)





# Redação





# Redação

Esta Carta Mensal é publicada no formato pdf para ser consultada de maneira gratuita na página do BID-INTAL na internet.

## **Conselho Diretor:**

*Antoni Estevadeordal*

*Gustavo Beliz*

## **Coordenação:**

*Alejandro Ramos Martínez*

## **Assessoria técnica:**

*Rosario Campos* (Aliança do Pacífico, Avaliação de impacto, Resenhas Bibliográficas)

*Romina Gayá* (MERCOSUL, Panorana Regional e Global)

*Gala Gómez Minujín* (Caribe, Comunidade Andina, Panorana Regional e Global)

*Kathia Michalczewsky* (América Central, Panorana Regional e Global)

*Linda Plata Curran* (IJI)

## **Assistência compilação material:**

*Andrea Benítez*

*Eugenia Piasentini*

## **Edição:**

*Ana Basco*

*Santiago Chelala*

*Julieta Tarquini*

## **Edição Web:**

*Gastón Casella*

*Federico Mazzella*

*Julieta Tarquini*

R.P.I.: 5170740

ISSN: 1027-1899

Esta é uma publicação mensal propriedade do Instituto para Integração da América Latina e do Caribe, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID-INTAL). Todos os direitos reservados.

Fontes de informação: Comunicados para a Imprensa e Boletins de: AEC; ALADI; BID; CARICOM; Comunidade Andina; Euro-Lat; Grupo do Rio; MERCOSUL; PARLATINO; SELA; SG-SICA; SIECA. Organismos oficiais e internacionais. Arquivos de Imprensa do INTAL.



Copyright © [1996] Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons IGO 3.0 Atribuição-NãoComercialSemDerivações (CC BY-NC-ND 3.0 IGO) licença (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode>) e pode ser reproduzida com atribuição ao BID e para qualquer finalidade não comercial. Nenhum trabalho derivado é permitido.

Qualquer controvérsia relativa à utilização de obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente será submetida à arbitragem em conformidade com as regras da UNCITRAL. O uso do nome do BID para qualquer outra finalidade que não a atribuição, bem como a utilização do logotipo do BID serão objetos de um contrato por escrito de licença separado entre o BID e o usuário e não está autorizado como parte desta licença CC-IGO.

Note-se que o link fornecido acima inclui termos e condições adicionais da licença.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de seu Conselho de Administração, ou dos países que eles representam.



BID-INTAL | Esmeralda 130, andáres 11 e 16 | (C1035ABD) Buenos Aires, Argentina

#### Links a fontes originais de informação utilizadas neste número:

- Communiqué : G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting.(2015). Istanbul: G20. [Link](#).
- Comunidad Andina, CAN. (2015). Resolución N° 1762: Solicitud de la República del Ecuador para la aplicación de medidas de salvaguardia por devaluación monetaria a las importaciones originarias de Colombia y Perú. Lima: CAN. [Link](#).
- Declaración de Tokio: Centroamérica y Japón amigos unidos hacia el futuro. Tokio: Ministerio de Relaciones Exteriores de Japón. [Link](#).
- García Bercero, I. (2015). Press conference. Brussels: European Comission. [Link](#).
- Plan de Acción de la Declaración de Tokio. Tokio: Ministerio de Relaciones Exteriores de Japón. [Link](#).



# INTAL

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe



**BID**

Banco Interamericano de Desenvolvimento